GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7 N. 2

dee.rs.gov.br

Junho de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
Secretário: Danielle Calazans
Secretário Adjunto: Bruno Silveira
Subsecretário de Planejamento em exercício: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi
Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 7, N. 2, junho 2025

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 7	n. 2	p. 1-34	jun. 2025

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.° andar
Porto Alegre - RS - 90119-900
Fone: (51) 3288-1196
E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br
Homepage: https://dee.rs.gov.br/inicial

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari
Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos
Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari
Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner
Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO 4

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025 6

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO 6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL 8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS 14
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 17

2 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO RS 18

2.1 A POSIÇÃO DO RS NA COMPARAÇÃO COM AS DEMAIS UFS E A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS GRANDES REGIÕES DO PAÍS 18
2.2 A PERSPECTIVA SETORIAL NO EMPREGO GAÚCHO: CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DESTACAM-SE 21
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO SEGMENTO FORMAL 23
2.4 O DESEMPENHO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS 27
2.5 SALÁRIOS DE INGRESSO 30
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS 34

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se o objetivo de atualizar o acompanhamento do mercado de trabalho do estado, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do país, com evidências do primeiro trimestre de 2025.

No primeiro trimestre de 2025, no RS, na margem, mantiveram-se estáveis a taxa de participação na força de trabalho (66,5%) e o nível de ocupação (63,0%), assim como em SC, no PR e em SP, enquanto, no país, ambos os indicadores apresentaram queda. Nessa mesma referência comparativa, a taxa de desocupação, em comportamento tipicamente sazonal, elevou-se no RS (de 4,5% para 5,3%), no PR e no país, ao passo que, em SC e em SP, se manteve estável. Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2025, a taxa de participação na força de trabalho e o nível de ocupação ficaram estáveis no RS e, entre as suas referências comparativas selecionadas, em SC. A taxa de desocupação, no primeiro trimestre de 2025, na comparação interanual, permaneceu estável no RS e, de forma distinta, registrou queda nos demais estados da Região Sul, em SP e no país.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade permaneceu estável no RS (31,2%), no primeiro trimestre de 2025, tanto na margem quanto em termos interanuais. Em bases interanuais, entre as referências comparativas selecionadas, ficou estável somente no PR. O RS manteve, no primeiro trimestre de 2025, a quinta menor taxa de informalidade entre as 27 unidades da Federação (UFs).

Quanto ao desempenho dos rendimentos dos ocupados no primeiro trimestre de 2025, o rendimento médio mensal real habitual, na margem, ficou estável no RS (R$ 3.770), no PR e em SP, ao passo que, em SC e no país, apresentou variações positivas. Em bases interanuais, o indicador registrou crescimento no RS (6,8%), nos demais estados da Região Sul e no plano nacional, enquanto, em SP, permaneceu estável. No RS, em SC, no PR e no país, o rendimento médio mensal real habitual do primeiro trimestre de 2025 situou-se no maior nível da série temporal da PNAD Contínua.

O coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados evidenciou, no primeiro trimestre de 2025, ante o mesmo trimestre de 2024, aumento da desigualdade no RS — passou de 0,4485 para 0,4550 —, assim como em SC; em SP e no país, o indicador revelou queda da desigualdade de rendimentos e, no PR, relativa estabilidade. Entre todas as UFs, o RS passou do sétimo para o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, na comparação do primeiro trimestre de 2024 com o de 2025.

Também no que diz respeito aos rendimentos, a massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2025, na margem, manteve-se estável no RS (R$ 22,3 bilhões), no PR e no país, elevou-se em SC e sofreu queda em SP. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2025, o indicador registrou crescimento no RS (9,1%), nos demais estados da Região Sul e no país, ao passo que, em SP, ficou estável.

Na **seção 2**, aprofunda-se a análise sobre a dinâmica recente do emprego formal no estado, tomando-se como principal fonte o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) e, secundariamente, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambas as bases produzidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Constata-se que o Rio Grande do Sul apresentou, nos 12 meses encerrados em abril último, crescimento de 69,5 mil vínculos, uma variação de 2,4% no estoque de empregados formais. O agregado do país, no mesmo período, registrou crescimento mais acentuado, de 3,5%.

Na comparação das 27 UFs, o mercado formal gaúcho obteve a penúltima colocação em desempenho relativo. Nos 12 meses anteriores, bem como no arco de 60 meses, a contar do primeiro abril dessa base estatística, em 2020, o Rio Grande do Sul posicionou-se em último lugar nesse ordenamento. As comparações entre as grandes regiões do Brasil mostram a Região Norte, em especial, mas também a Centro-Oeste e a Nordeste, expandindo suas participações na distribuição do emprego formal nacional, ao passo que a Sul e, sobretudo, a Sudeste (que ainda concentra mais da metade do total de vínculos) experimentaram recuo.

Entre abril de 2024 e abril de 2025, do saldo de empregos conquistado pelo Rio Grande do Sul, a maior parte (57,4%, correspondendo a 39,9 mil vagas) localizou-se no setor serviços, que expandiu em 3,3% seu contingente. A maior variação relativa, por sua vez, ficou com a construção (3,8%). Somente a agropecuária enfrentou uma (pequena) redução do número de empregos. Excetuado esse resultado negativo, o mais pálido ocorreu na indústria (1,7%). Esse setor enfrentou, em 2024, uma sequência de variações anualizadas negativas, retornando a zero apenas no mês de

agosto. Desde então, paulatinamente, vem experimentando discretas elevações do percentual de crescimento, que se mantém duradouramente como o mais baixo, excetuada a agropecuária. Esse, por sua vez, foi o setor com a maior oscilação na série recortada, coerentemente com a sequência de adversidades climáticas. A construção, na série de resultados acumulados em 12 meses, assumiu a liderança das variações relativas setoriais no estado, em julho do ano passado, na sequência de uma arrancada que teve início em maio — fulcro do desastre natural que atingiu o estado. Seguiu, desde então, com o maior percentual de crescimento anualizado. No entanto, detecta-se, desde outubro último, sua tendência a convergir com o crescimento do total dos setores.

As características individuais dos trabalhadores incorporados ao mercado formal mantêm as tendências verificadas nas últimas observações. A predominância da expansão do emprego feminino sobre o masculino atingiu um patamar ainda mais acentuado: as mulheres conquistaram 62,8% do saldo gerado nos 12 meses encerrados em abril último. Elas foram maioria nos resultados dos três principais setores empregadores, incluída a indústria, setor no qual, do contingente em atividade, dois a cada três trabalhadores são homens. O saldo de empregos, ademais, trouxe uma impressionante sobrerrepresentação dos indivíduos com até 24 anos. Em menor escala, também conquistaram uma fatia mais do que proporcional ao seu peso na estrutura do emprego os empregados com ensino médio completo (e também incompleto), em prejuízo não apenas dos menos escolarizados, mas, também, dos detentores de diploma de nível superior. Essa categoria, que representava 21,5% dos empregados em atividade ao final de 2023, teve apenas 1% de participação no saldo de empregos formais entre abril de 2024 e abril de 2025.

Na comparação dos desempenhos das Regiões Funcionais (RFs) gaúchas, lideraram, não apenas nos últimos 12 meses, como também no acumulado de cinco anos, a RF 4 (Litoral) e, sobretudo, a RF 9 (Norte, nucleada por Erechim e Passo Fundo). Essa maior cadência de crescimento do emprego formal confirma-se quando se desagregam os resultados segundo os setores de atividade econômica: a RF 9 destacou-se com uma das maiores variações, nos últimos 12 meses, na indústria, na construção e nos serviços. Já a boa colocação da RF 4 repousa, fundamentalmente, na expansão do seu emprego no comércio. As Regiões Funcionais que, no emprego do total dos setores, tiveram resultados menos expressivos — a RF 5 (Sul) e a RF 2 (Vales do Taquari e Rio Pardo) — foram as duas únicas que perderam empregos na indústria, nos últimos 12 meses, não se encontrando entre as que tiveram os piores desempenhos nos demais setores.

Os salários médios reais de admissão no mercado formal do RS praticamente não variaram nos 12 meses encerrados em abril último, com oscilação de mais 0,1%. No país, esse percentual foi de 0,5%. A agropecuária, no estado, registrou a elevação mais substancial (4,1%), sendo o resultado da indústria (0,8%) o segundo mais expressivo. Nos outros três setores, houve perdas do valor real das remunerações de ingresso no mercado formal gaúcho — entre -0,1% em serviços e -1,1% no comércio.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2025[1]

Alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul tiveram desempenho bastante satisfatório no quarto trimestre de 2024 (Boletim de Trabalho [...], 2025), quando, na referência comparativa interanual, ocorreram crescimento do contingente de ocupados, queda da taxa de desocupação e aumento do rendimento médio mensal real habitual dos ocupados. O número absoluto de ocupados e o rendimento médio mensal real habitual atingiram, no RS, nesse trimestre, os maiores níveis das suas respectivas séries temporais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O desempenho desses indicadores do mercado de trabalho esteve alinhado com o da economia gaúcha, cujo Produto Interno Bruto registrou crescimento interanual de 4,4% (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2025). Todavia, o processo de melhora do mercado de trabalho do RS, que já havia dado alguns sinais positivos no terceiro trimestre de 2024, não era originalmente esperado, tendo em vista os efeitos adversos da calamidade climática que ocorreu em maio desse ano sobre a economia estadual (Boletim de Conjuntura [...], 2024).

Nesta seção, elaborada com os dados da PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se o objetivo de atualizar o acompanhamento do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do país, incorporando, para tanto, evidências do primeiro trimestre de 2025. Adicionalmente, com indicadores selecionados do mercado de trabalho, compara-se a evolução da posição relativa do RS ante todas as unidades da Federação (UFs). Para atingir tal objetivo, a seção 1 foi estruturada em quatro tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; e rendimentos dos ocupados.

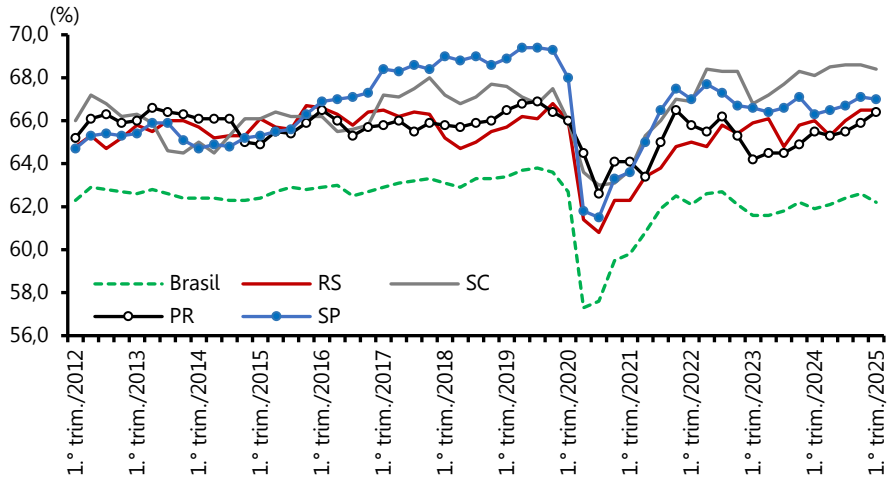
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de participação na força de trabalho (TPFT)[2] no RS, no primeiro trimestre de 2025, situou-se em 66,5%, tendo-se mantido estável tanto na margem quanto em relação ao mesmo trimestre de 2024 (**Gráfico 1**). Em ambas as referências comparativas, o indicador também permaneceu estável em SC (68,4%), no PR (66,4%) e em SP (67,0%). No âmbito do país, a TPFT registrou queda de 0,4 ponto percentual (p.p.) na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o quarto trimestre de 2024, tendo passado a situar-se em 62,2%; na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2025, o indicador evidenciou acréscimo (0,3 p.p.). Utilizando-se uma base comparativa anterior à pandemia de COVID-19, constata-se que RS e SC apresentaram, no primeiro trimestre de 2025, níveis do indicador sob análise superiores ao do primeiro trimestre de 2019, circunstância que não se verificou no PR, em SP e no país.

[1] Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 16 de maio de 2025.

[2] A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

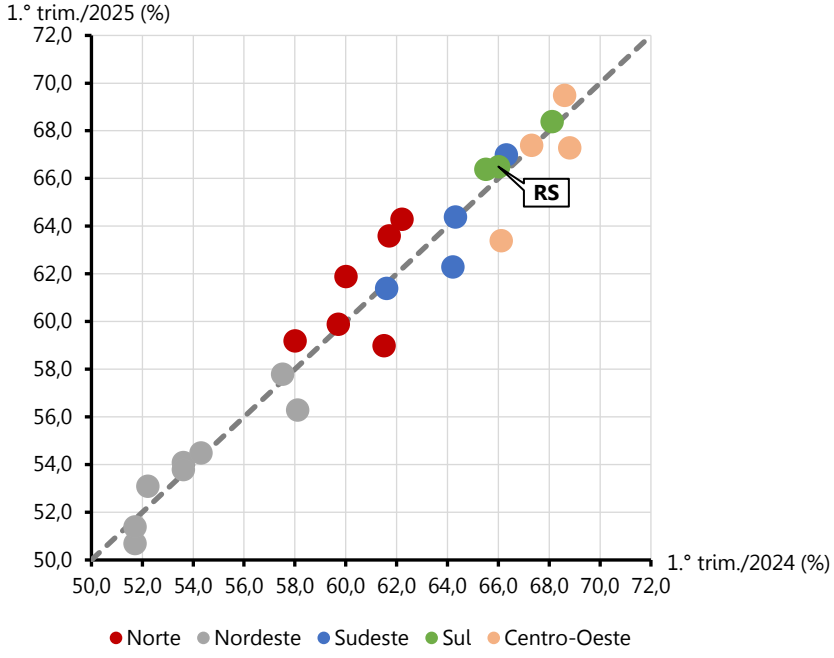
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim./2012-1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Quando se cotejam as TPFTs do primeiro trimestre de 2024 com as do primeiro trimestre de 2025, as evidências apresentadas no **Gráfico 2** permitem que se conheça a evolução da posição do RS em relação à de todas as UFs. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do primeiro trimestre de 2024 está sendo medida no eixo horizontal, e a do primeiro trimestre de 2025, no eixo vertical. Assim, quanto mais à direita estiver o ponto correspondente à UF, maior será o nível do indicador no primeiro trimestre de 2024, e, quanto mais acima, maior será o seu nível no primeiro trimestre de 2025. De acordo com o que se pode constatar no Gráfico 2, o RS detinha a sétima maior TPFT no primeiro trimestre de 2024, uma vez que há seis pontos à sua direita, que correspondem a SC e SP e às quatro UFs da Região Centro-Oeste. Já no primeiro trimestre de 2025, o RS havia avançado para a sexta maior TPFT: há cinco pontos acima da sua posição no gráfico de dispersão, os quais representam SC, SP, MT, GO e DF.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.° trim./2024 e 1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

O tamanho absoluto da força de trabalho (FT) do RS foi de 6.365 mil pessoas no primeiro trimestre de 2025, tendo-se mantido estável tanto em relação ao trimestre anterior quanto em termos interanuais (**Tabela 1**). Nas duas

referências comparativas, a FT também se manteve estável em SC e no PR. Na comparação interanual, o indicador registrou, no primeiro trimestre de 2025, variação positiva de 1,9% em SP e de 1,3% no país.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

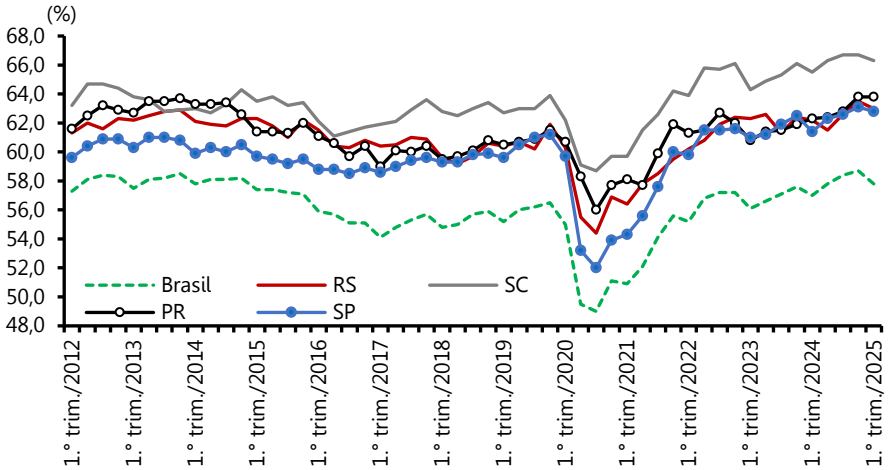
DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	1.° Trim./2019	1.° Trim./2020	1.° Trim./2021	1.° Trim./2022	1.° Trim./2023	1.° Trim./2024	4.° Trim./2024	1.° Trim./2022	1.° Trim./2025 / 4.° Trim./2024	1.° Trim./2025 / 1.° Trim./2024
Brasil	106.273	106.263	102.339	107.224	107.257	108.826	110.640	110.197	(1)-0,4	(1)1,3
RS	6.164	6.197	5.925	6.204	6.262	6.261	6.366	6.365	0,0	1,7
SC	3.920	3.896	3.794	3.990	4.042	4.205	4.259	4.256	-0,1	1,2
PR	6.098	6.085	6.057	6.188	6.121	6.305	6.342	6.412	1,1	1,7
SP	25.832	25.654	24.419	25.892	25.965	26.150	26.630	26.638	0,0	(1)1,9

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)[3] do RS evidenciou um processo de elevação até o segundo trimestre de 2023, para, posteriormente, manter-se relativamente estável, não obstante a calamidade climática de maio de 2024 e seus efeitos adversos sobre a atividade econômica estadual (Boletim de Conjuntura [...], 2024) — **Gráfico 3**. No primeiro trimestre de 2025, o NO do RS foi de 63,0%, o que representou uma situação de estabilidade tanto em relação ao trimestre anterior quanto em termos interanuais. Em SC, o indicador também se manteve estável (66,3%) em ambas as referências comparativas. Em termos interananuais, no primeiro trimestre de 2025, o NO registrou crescimento no PR (de 62,3% para 63,8%), em SP (de 61,4% para 62,8%) e no país (de 57,0% para 57,8%).

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim./2012-1.° trim./2025

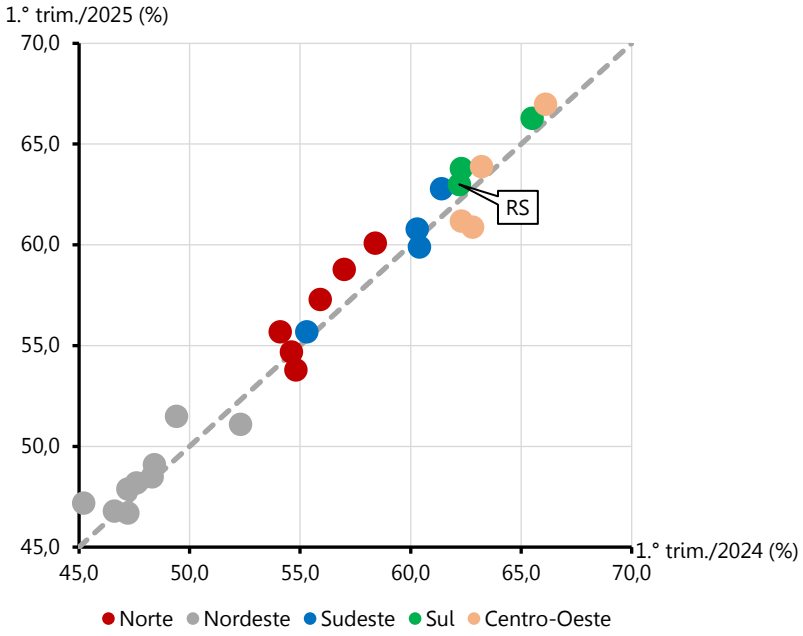


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Quanto à evolução da posição relativa do NO do RS ante o de todas as UFs, o **Gráfico 4** permite comparar esse indicador no primeiro trimestre de 2024 com o do primeiro trimestre de 2025. Conforme é possível identificar nesse gráfico de dispersão, o RS detinha, no primeiro trimestre de 2024, o sétimo maior NO, dado que existem seis pontos à sua direita, os quais representam SC, PR e as quatro UFs da Região Centro-Oeste. No primeiro trimestre de 2025, o RS avançou para o quinto maior NO, uma vez que há somente quatro pontos acima da sua posição, que correspondem a SC, PR, MT e GO.

[3] O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalhar, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

Gráfico 4 - Nível de ocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.° trim./2024 e 1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

O contingente de ocupados no RS, no primeiro trimestre de 2025, manteve-se estável na margem, situando-se em 6.029 mil pessoas (**Tabela 2**). Nessa mesma referência comparativa, também permaneceu estável nos demais estados da Região Sul e em SP, enquanto, no país, registrou retração (-1,3%). Na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o primeiro trimestre de 2024, o número absoluto de ocupados evidenciou crescimento no RS (2,2%, mais 132 mil ocupados), assim como em SC (2,1%), no PR (2,6%), em SP (3,1%) e no plano nacional (2,3%).

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

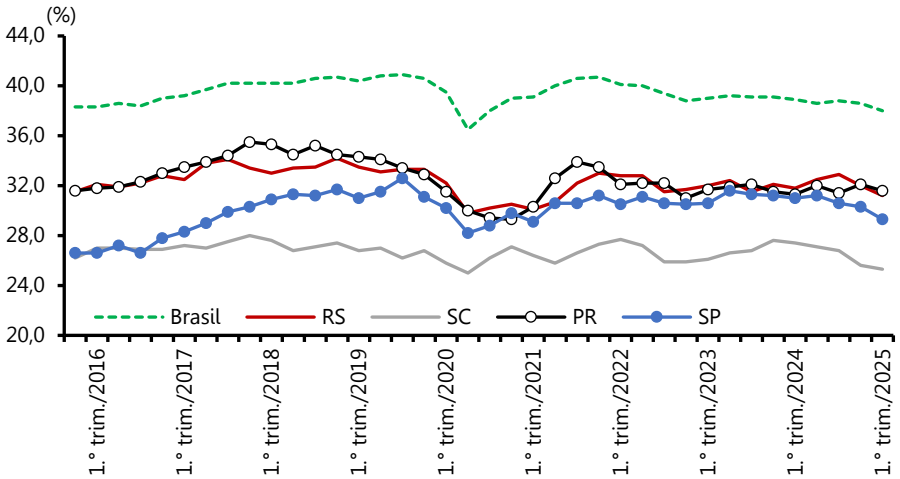
DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	1.° Trim./2019	1.° Trim./2020	1.° Trim./2021	1.° Trim./2022	1.° Trim./2023	1.° Trim./2024	4.° Trim./2024	1.° Trim./2022	1.° Trim./2025 / 4.° Trim./2024	1.° Trim./2025 / 1.° Trim./2024
Brasil	92.621	93.115	87.082	95.275	97.825	100.203	103.818	102.483	(1)-1,3	(1)2,3
RS	5.668	5.668	5.359	5.740	5.925	5.897	6.077	6.029	-0,8	(1)2,2
SC	3.635	3.674	3.552	3.808	3.888	4.044	4.145	4.128	-0,4	(1)2,1
PR	5.548	5.598	5.486	5.765	5.791	6.001	6.136	6.156	0,3	(1)2,6
SP	22.322	22.502	20.840	23.097	23.765	24.219	25.052	24.973	-0,3	(1)3,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)[4] do RS, após uma elevação no terceiro trimestre de 2024, vem mantendo-se estável (**Gráfico 5**). Nesse sentido, o indicador, no primeiro trimestre de 2025, permaneceu estável, no RS, em 31,2%, tanto na margem quanto em relação ao mesmo trimestre de 2024. Em ambas as referências comparativas, também ficou estável no PR (31,6%). Na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o primeiro trimestre de 2024, a TI evidenciou queda em SC (de 27,4% para 25,3%), em SP (de 31,0% para 29,3%) e no país (de 38,9% para 38,0%). Cabe ainda assinalar que o RS, os demais estados da Região Sul, SP e o país, no primeiro trimestre de 2025, ainda mantinham a TI em nível inferior ao do mesmo trimestre de 2019, ou seja, à de uma referência comparativa anterior à pandemia de COVID-19.

[4] De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2025b). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

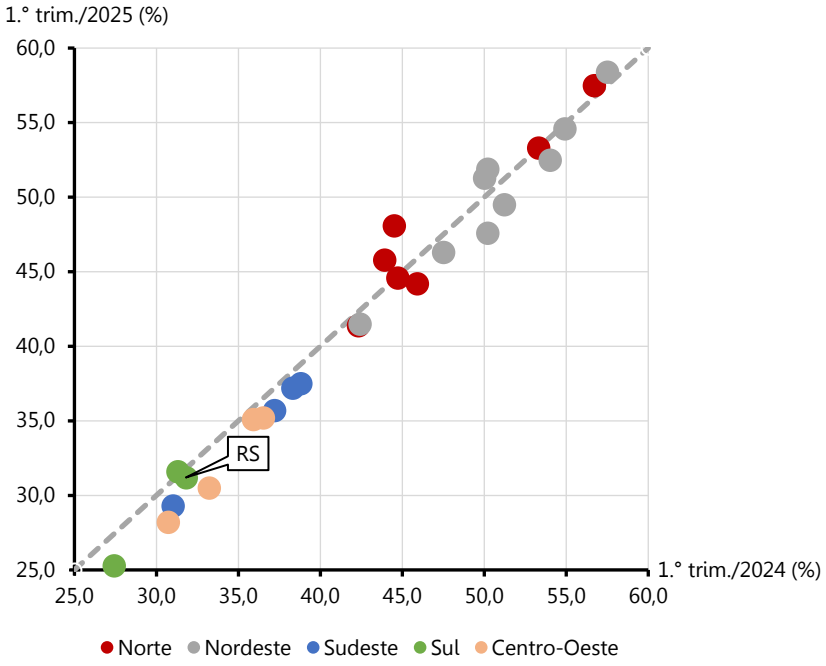
Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.° trim./2015-1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.° trim./2015.

A evolução da posição relativa da TI do RS diante de todas as UFs pode ser conhecida por meio das evidências expostas no **Gráfico 6**, cujos dados são dos primeiros trimestres de 2024 e 2025. Conforme se pode constatar, o RS manteve a quinta menor TI, uma vez que, no gráfico de dispersão, quatro pontos se localizam à sua esquerda (que correspondem a SC, PR, SP e DF) e abaixo da sua posição (no caso, SC, SP, DF e MS).

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.° trim./2024 e 1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

O número absoluto de ocupados informais no RS, no primeiro trimestre de 2025, situou-se em 1.880 mil pessoas, com uma variação negativa, na margem, de 3,4% (menos 66 mil ocupados informais) — **Tabela 3**. Nessa mesma referência comparativa, também registrou queda em SP (-3,6%) e no país (-2,9%), enquanto, em SC e no PR, se manteve estável — as suas oscilações não têm significância estatística. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2025, o contingente de trabalhadores informais permaneceu estável no RS, no PR, em SP e no país e, de maneira distinta, registrou intensa retração em SC (-5,8%).

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

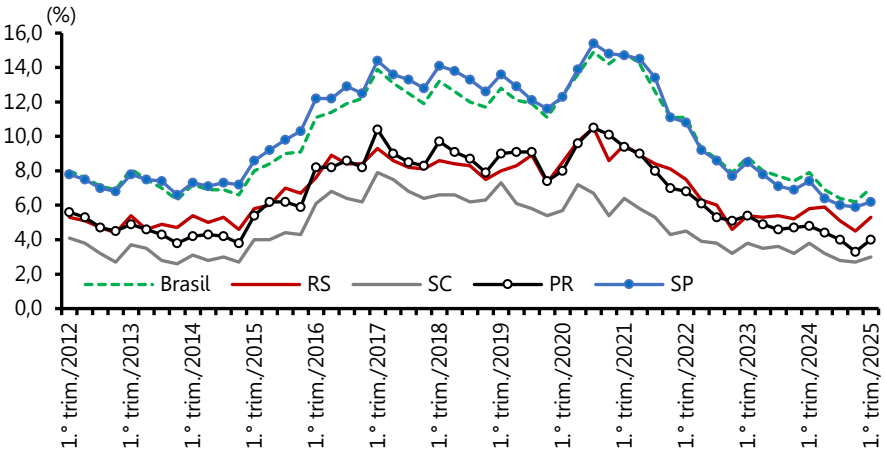
DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	1.° Trim./2019	1.° Trim./2020	1.° Trim./2021	1.° Trim./2022	1.° Trim./2023	1.° Trim./2024	4.° Trim./2024	1.° Trim./2022	1.° Trim./2025 / 4.° Trim./2024	1.° Trim./2025 / 1.° Trim./2024
Brasil	37.394	36.783	34.054	38.203	38.118	38.943	40.045	38.898	(1)-2,9	-0,1
RS	1.898	1.824	1.614	1.885	1.895	1.877	1.946	1.880	(1)-3,4	0,1
SC	973	949	939	1.053	1.015	1.107	1.060	1.043	-1,6	(1)-5,8
PR	1.906	1.765	1.663	1.850	1.835	1.879	1.972	1.945	-1,4	3,5
SP	6.909	6.785	6.054	7.054	7.282	7.511	7.588	7.315	(1)-3,6	-2,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O primeiro indicador de subutilização da FT (OIT, 2013), a taxa de desocupação (TD), teve um comportamento típico no RS, no primeiro trimestre de 2025, elevando-se, por fatores sazonais, para 5,3%, ante os 4,5% do trimestre anterior (**Gráfico 7**). Nessa mesma referência comparativa, a TD também se elevou no PR (de 3,3% para 4,0%) e no país (de 6,2% para 7,0%), mas, em SC (3,0%) e em SP (6,2%), permaneceu estável. Na referência comparativa interanual, a TD manteve-se estável no RS — a sua oscilação não tem significância estatística —, enquanto, em SC e no PR, apresentou queda (em ambos, de -0,8 p.p.), assim como em SP (-1,2 p.p.) e no país (-0,9 p.p.). Cabe a menção de que a TD do primeiro trimestre de 2025, quando comparada com a dos mesmos trimestres dos anos anteriores, é a menor da série temporal da PNAD Contínua em SC, no PR, em SP e no país.[5] No caso do RS, o indicador situou-se no mesmo nível ao do primeiro trimestre de 2012.

Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim./2012-1.° trim./2025

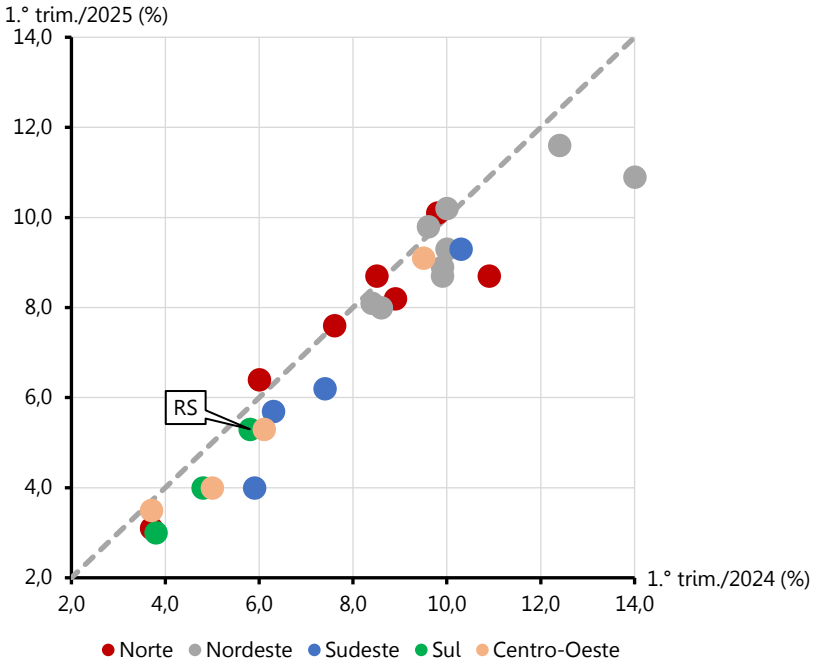


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

No que diz respeito à evolução da posição relativa da TD do RS ante a de todas as UFs, esta pode ser identificada através dos dados do **Gráfico 8**. Com base nas evidências desse gráfico de dispersão, constata-se que o RS detinha a sexta menor TD no primeiro trimestre de 2024, pois há cinco pontos à sua esquerda, que correspondem aos estados de SC, PR, MS, MT e RO. No primeiro trimestre de 2025, o RS passou a deter a sétima menor TD: nesse sentido, identificam-se seis pontos abaixo da sua posição, os quais representam os estados de SC, PR, ES, MS, MT e RO.

[5] Para o Brasil, está-se fazendo alusão à série temporal da PNAD Contínua dos trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro.

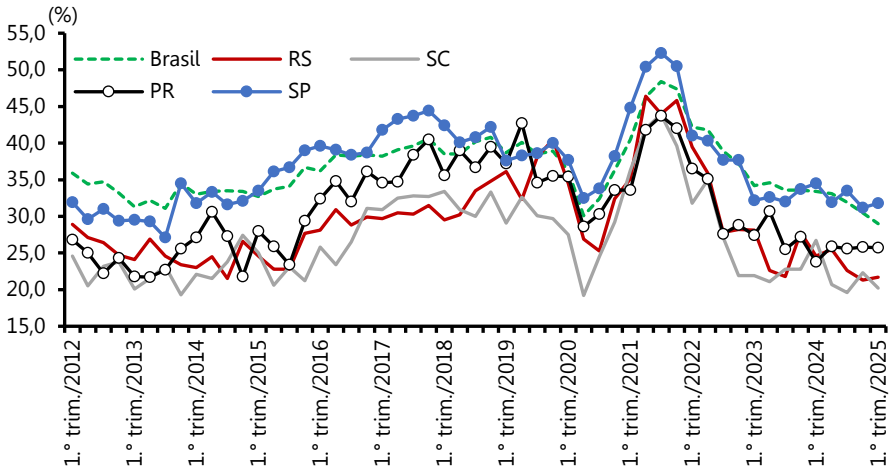
Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.° trim./2024 e 1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

Ainda no âmbito dessa medida de subutilização da FT, a incidência da desocupação de longo prazo (IDLP)[6] havia registrado, no RS, no quarto trimestre de 2024, o menor nível da série temporal da PNAD Contínua (Boletim de Trabalho [...], 2025). No primeiro trimestre de 2025, a IDLP no RS foi de 21,7%, situando-se levemente acima do seu nível no trimestre anterior (0,4 p.p.) e abaixo da registrada no primeiro trimestre de 2024 (-2,9 p.p.) — **Gráfico 9**. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2025, a IDLP sofreu queda em SC (de 26,7% para 20,2%), em SP (de 34,5% para 31,8%) e no país (de 33,4% para 29,0%), enquanto, no PR, se elevou (de 23,8% para 25,7%).

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim./2012-1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a, 2025b).
Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.
2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

[6] De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **incidência da desocupação de longo prazo** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

A FT desocupada no RS teve aumento no primeiro trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior (16,4%), passando de 288 mil para 336 mil desocupados (**Tabela 4**). Nessa mesma referência comparativa, também aumentou no PR (24,5%) e no país (13,1%); de forma distinta, manteve-se estável em SC e em SP. Ao se cotejar o primeiro trimestre de 2025 com o de 2024, o contingente de desocupados manteve-se estável no RS — a sua oscilação não tem significância estatística — e registrou queda em SC (-20,2%), no PR (-15,5%), em SP (-13,8%) e no país (-10,5%).

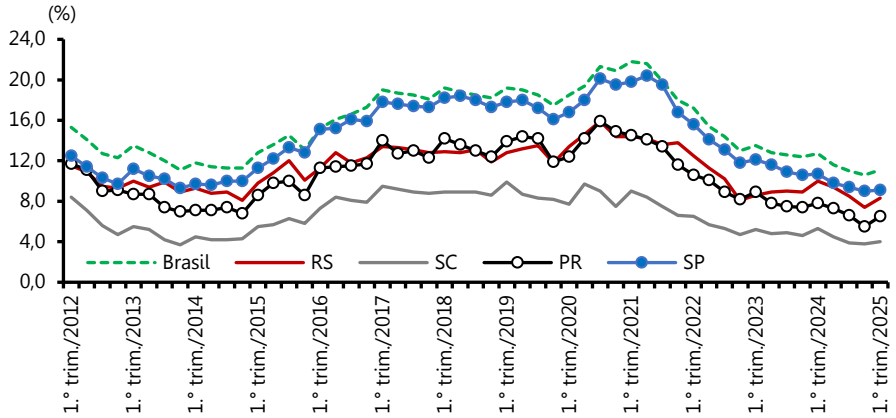
Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	1.° Trim./2019	1.° Trim./2020	1.° Trim./2021	1.° Trim./2022	1.° Trim./2023	1.° Trim./2024	4.° Trim./2024	1.° Trim./2022	1.° Trim./2025 / 4.° Trim./2024	1.° Trim./2025 / 1.° Trim./2024
Brasil	13.651	13.148	15.257	11.949	9.432	8.623	6.823	7.714	(1)13,1	(1)-10,5
RS	496	529	566	463	337	364	288	336	(1)16,4	-7,8
SC	285	223	241	181	155	161	114	128	12,8	(1)-20,2
PR	550	487	571	424	330	304	206	257	(1)24,5	(1)-15,5
SP	3.510	3.151	3.579	2.795	2.200	1.931	1.577	1.665	5,5	(1)-13,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Ao considerar um indicador mais amplo de subutilização da FT (OIT, 2013), a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)[7], no primeiro trimestre de 2025, na margem, elevou-se no RS (de 7,4% para 8,3%), no PR (de 5,5% para 6,5%) e no país (de 10,6% para 11,1%); já em SC e em SP, manteve-se estável em 4,0% e 9,1% respectivamente (**Gráfico 10**). Na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2025, a TCDS evidenciou queda generalizada: -1,7 p.p. no RS, -1,3 p.p. em SC e no PR, -1,6 p.p. em SP e no país.

Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim./2012-1.° trim./2025

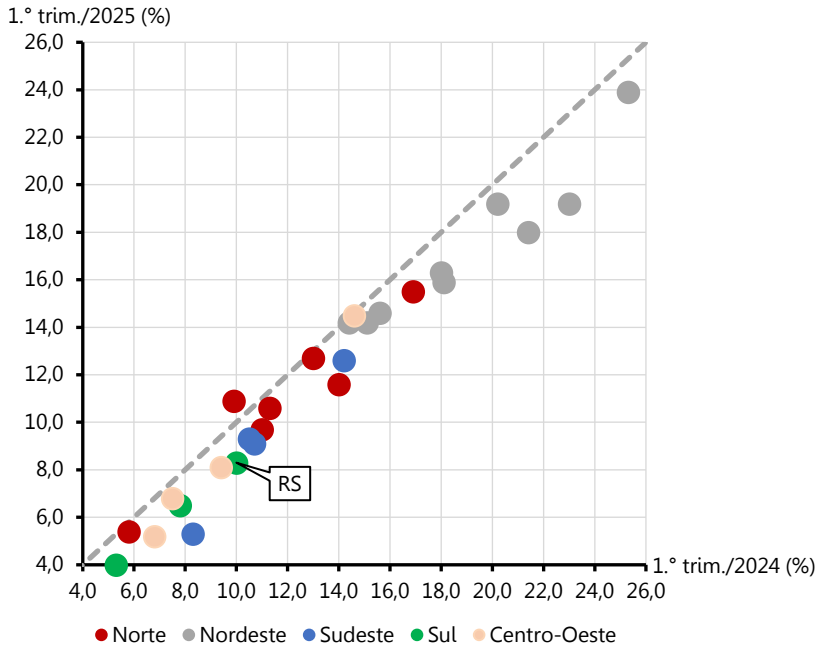


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

A respeito da evolução da posição relativa da TCDS do RS ante a de todas as UFs, esta pode ser conhecida por meio das evidências expostas no **Gráfico 11**. De acordo com o que se constata nesse gráfico de dispersão, o RS possuía a nona menor TCDS no primeiro trimestre de 2024: há oito pontos localizados à esquerda da sua posição, que correspondem a SC, PR, ES, MS, MT, GO, AC e RO. Por sua vez, no primeiro trimestre de 2025, o RS passou a deter a oitava menor TCDS, dado que sete pontos se encontram abaixo de sua posição, que representam os estados de SC, PR, ES, MS, MT, GO e RO.

[7] A **Taxa Combinada de Desocupação e de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas** é assim obtida (OIT, 2013):
TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] x 100.
São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.° trim./2024 e 1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).

O contingente de pessoas medido pela soma dos desocupados com os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no RS, no primeiro trimestre de 2025, ante o quarto trimestre do ano anterior, apresentou aumento (13,0%), tendo passado de 468 mil para 529 mil pessoas (**Tabela 5**). Em idêntica referência comparativa, também registrou crescimento no PR (19,2%) e no âmbito nacional (4,2%) e manteve-se estável em SC e em SP. Na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2025, esse contingente de pessoas subutilizadas evidenciou queda no RS (-15,9%), assim como em SC (-23,8%), no PR (-14,5%), em SP (-13,3%) e no país (-11,0%).

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)								VARIAÇÃO %	
	1.° Trim./2019	1.° Trim./2020	1.° Trim./2021	1.° Trim./2022	1.° Trim./2023	1.° Trim./2024	4.° Trim./2024	1.° Trim./2022	1.° Trim./2025 / 4.° Trim./2024	1.° Trim./2025 / 1.° Trim./2024
Brasil	20.456	19.669	22.348	18.458	14.445	13.778	11.768	12.266	(1) 4,2	(1)-11,0
RS	790	829	854	772	540	629	468	529	(1)13,0	(1)-15,9
SC	387	299	340	261	209	224	161	171	6,3	(1)-23,8
PR	850	753	876	656	543	490	352	419	(1)19,2	(1)-14,5
SP	4.596	4.299	4.845	4.040	3.140	2.789	2.389	2.419	1,2	(1)-13,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

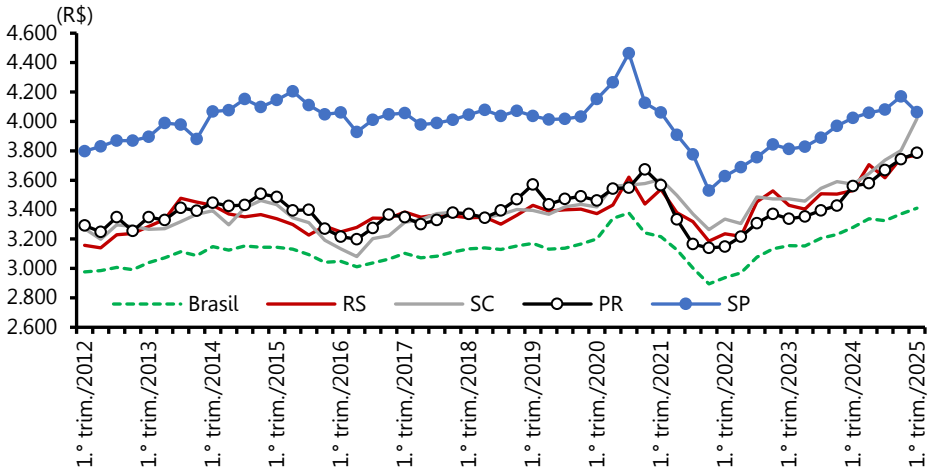
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados atingiu o maior nível da série temporal da PNAD Contínua no RS, no quarto trimestre de 2024 (Boletim de Trabalho [...], 2025). Como foi sugerido, esse comportamento reflete o desempenho da demanda de trabalho, apreendido pela variação positiva do contingente de ocupados, bem como o êxito das negociações coletivas, que, em sua maior parte, têm obtido reajustes salariais acima da inflação (Manganelli; Bastos; Donoso, 2025).

No primeiro trimestre de 2025, ante o quarto trimestre de 2024, o rendimento médio mensal real habitual dos ocupados ficou estável no RS (R$ 3.770), assim como no PR (R$ 3.786) e em SP (R$ 4.036) — as suas oscilações não têm significância estatística —, e registrou variações positivas em SC (5,8%, aumentando de R$ 3.801 para

R$ 4.019) e no país (1,2%, passando de R$ 3.371 para R$ 3.410) — **Gráfico 12**. Na comparação do primeiro trimestre de 2025 com o mesmo trimestre do ano anterior, o indicador sob análise evidenciou crescimento no RS (6,8%), em SC (12,5%), no PR (6,4%) e no plano nacional (4,0%); em SP, manteve-se estável. Chama a atenção o desempenho do rendimento médio mensal real habitual de SC, que se aproximou ainda mais do nível do indicador de SP no primeiro trimestre de 2025 (ver Gráfico 12).

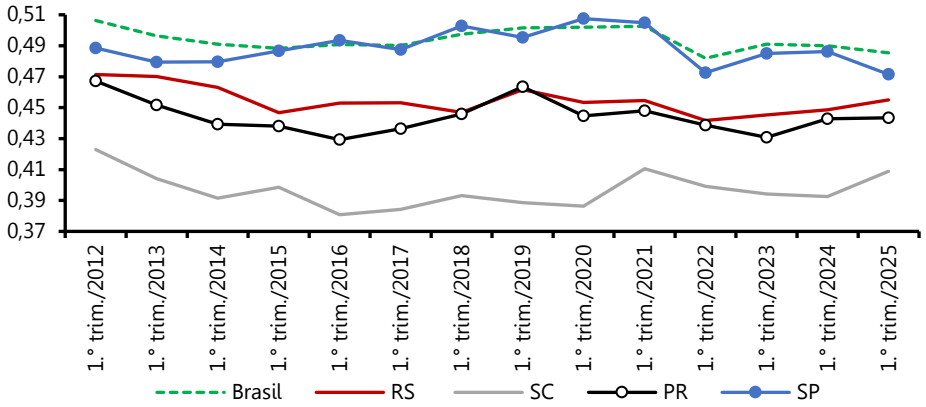
Gráfico 12 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim./2012-1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.° trim./2025.

O coeficiente de Gini[8] do rendimento mensal real habitual dos ocupados no primeiro trimestre de 2025, em relação ao primeiro trimestre de 2024, registrou uma oscilação positiva de 1,4% no RS, passando de 0,4485 para 0,4550 — ou seja, ocorreu um leve aumento da desigualdade (**Gráfico 13**)[9]. Nessa mesma referência comparativa, o indicador elevou-se 4,1% em SC, passando de 0,3926 para 0,4088, diminuiu 3,0% em SP, com queda de 0,4862 para 0,4715, e 0,9% no país, passando de 0,4899 para 0,4855; por fim, manteve-se praticamente estável no PR, em 0,4434.

Gráfico 13 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.° trim. 2012-25



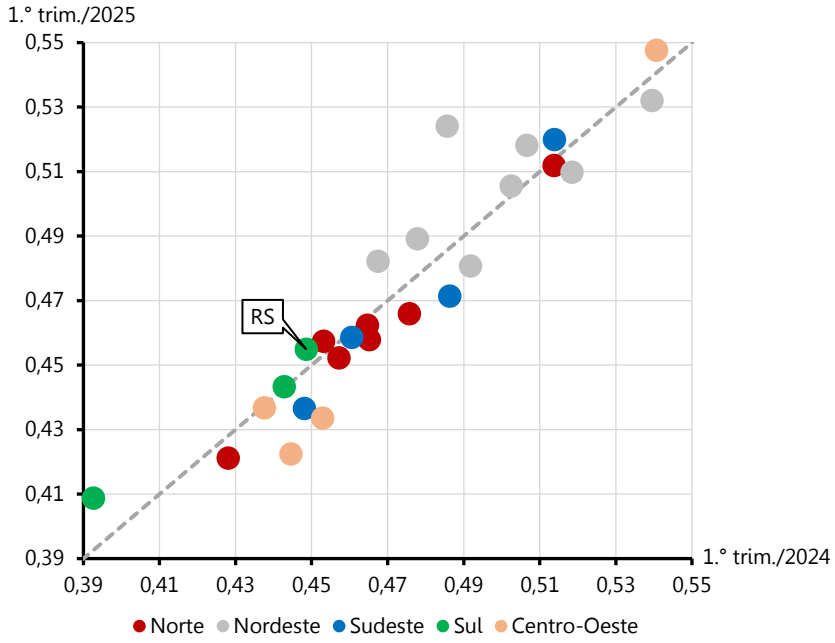
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a).
Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.
2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

[8] O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem como limite inferior zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e como limite superior um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito dessa medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

[9] O coeficiente de Gini foi computado com o Software R (versão 4.5.0) e os pacotes PNADcIBGE (versão 0.7.5), *survey* (versão 4.4.2) e *convey* (versão 1.0.1). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2024) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

A posição relativa da desigualdade de rendimentos dos ocupados no RS, em comparação à de todas as UFs, pode ser observada no **Gráfico 14**, o qual contém o coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual do primeiro trimestre de 2024 — medido no eixo horizontal — e do primeiro trimestre de 2025 — medido no eixo vertical. Conforme se pode constatar, no primeiro trimestre de 2024, o RS possuía o sétimo menor nível desse indicador, pois seis pontos no gráfico de dispersão situam-se à sua esquerda, os quais representam SC, PR, MS, MT, MG e RO. Já no primeiro trimestre de 2025, o RS passou a ter o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual: no gráfico de dispersão, identificam-se oito pontos abaixo da sua posição, que correspondem aos estados de SC, PR, MS, MT, GO, MG, RO e TO.

Gráfico 14 - Coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 1.° trim./2024 e 1.° trim./2025



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025a).
Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.
2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2025, na margem, permaneceu estável no RS (R$ 22,3 bilhões), assim como no PR e no plano nacional; em SC, apresentou variação positiva (5,3%) e, em SP, negativa (-2,8%). Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2025, o indicador registrou crescimento de 9,1% no RS, 15,1% em SC, 8,9% no PR e 6,6% no país; em SP, manteve-se estável. Para o RS, os demais estados da Região Sul e o país, o crescimento interanual da massa de rendimento mensal real habitual resultou tanto do aumento do contingente de ocupados quanto do rendimento médio mensal real habitual.

Tabela 6 - Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	MONTANTE (R$ milhões)								VARIAÇÃO %	
	1.° Trim./2019	1.° Trim./2020	1.° Trim./2021	1.° Trim./2022	1.° Trim./2023	1.° Trim./2024	4.° Trim./2024	1.° Trim./2022	1.° Trim./2025 / 4.° Trim./2024	1.° Trim./2025 / 1.° Trim./2024
Brasil	286.599	291.777	273.590	274.068	303.665	323.804	345.235	345.048	-0,1	(1) 6,6
RS	18.792	18.603	18.349	17.985	19.679	20.444	22.348	22.298	-0,2	(1) 9,1
SC	12.051	12.321	12.492	12.530	13.351	14.312	15.641	16.473	(1) 5,3	(1)15,1
PR	19.344	19.016	19.054	17.791	19.067	21.110	22.711	22.988	1,2	(1) 8,9
SP	89.113	92.701	83.728	83.177	90.094	96.587	103.698	101.029	(1)-2,8	4,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2025b).
Nota: 1. Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 1.° trim./2025.
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 Considerações finais

De acordo com o que foi mostrado nesta seção, no primeiro trimestre de 2025, na margem, a taxa de participação na força de trabalho e o nível de ocupação mantiveram-se estáveis no RS, assim como em SC, no PR e em SP, enquanto, no país, ambos os indicadores sofreram queda. Nessa mesma referência comparativa, a taxa de desocupação, em comportamento tipicamente sazonal, elevou-se no RS, no PR e no país, ao passo que, em SC e em SP, se manteve estável. Em termos interanuais, no primeiro trimestre de 2025, a taxa de participação na força de trabalho e o nível de ocupação ficaram estáveis no RS e, entre as suas referências comparativas selecionadas, em SC. A TD, no primeiro trimestre de 2025, em termos interanuais, permaneceu estável no RS e, de forma distinta, registrou queda nos demais estados da Região Sul, em SP e no país.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, como foi mostrado, a taxa de informalidade permaneceu estável no RS, no primeiro trimestre de 2025, tanto na margem quanto em termos interanuais. Em bases interanuais, entre as referências comparativas selecionadas, ficou estável somente no PR. Como foi exposto, o RS manteve, no primeiro trimestre de 2025, a quinta menor taxa de informalidade entre as 27 unidades da Federação.

Quanto ao desempenho dos rendimentos dos ocupados no primeiro trimestre de 2025, o rendimento médio mensal real habitual, na margem, ficou estável no RS, no PR e em SP, ao passo que, em SC e no país, teve variações positivas. Em bases interanuais, o indicador registrou crescimento no RS, nos demais estados da Região Sul e no plano nacional, enquanto, em SP, permaneceu estável. No RS, em SC, no PR e no país, o rendimento médio mensal real habitual do primeiro trimestre de 2025 situou-se no maior nível da série temporal da PNAD Contínua.

O coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual dos ocupados evidenciou, no primeiro trimestre de 2025, ante o mesmo trimestre de 2024, aumento da desigualdade no RS, assim como em SC; em SP e no país, o indicador revelou queda da desigualdade de rendimentos e, no PR, relativa estabilidade. Entre todas as UFs, o RS passou do sétimo para o nono menor coeficiente de Gini do rendimento mensal real habitual, na comparação do primeiro trimestre de 2024 com o de 2025.

Também no que diz respeito aos rendimentos, de acordo com as evidências apresentadas nesta seção, a massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2025, na margem, manteve-se estável no RS, no PR e no país, elevou-se em SC e apresentou queda em SP. Na referência comparativa interanual, no primeiro trimestre de 2025, o indicador registrou crescimento no RS, nos demais estados da Região Sul e no país, ao passo que, em SP, ficou estável.

2 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO RS

Nesta seção, enfoca-se o segmento do mercado de trabalho gaúcho que abrange os indivíduos formalmente engajados em relações de emprego, seccionando, portanto, o universo abrangido na seção anterior para se concentrar no contingente de ocupados com vínculos legalizados. A principal fonte é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, que computa as informações mensais de admissões e desligamentos de empregados e as divulga com grande tempestividade (normalmente, cerca de 30 dias após o encerramento do mês de referência). Acessoriamente, lança-se mão da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que, embora não seja plenamente côngrua com o Novo Caged, possui grande afinidade quanto ao universo de relações de trabalho coberto — vale dizer, o emprego formal — e tem a vantagem de se constituir em uma radiografia de todos os vínculos ao longo de cada ano e não apenas das chamadas movimentações (admissões e desligamentos), como o Novo Caged. Sua desvantagem é a maior defasagem temporal.

No mês de abril de 2025, último resultado disponível da série do Novo Caged, o Rio Grande do Sul teve um saldo de 8.678 postos formais adicionais, na comparação com o mês precedente, o que significou um crescimento de 0,30%. Houve perda importante na agropecuária (-3,7 mil vínculos), compensada com a expansão dos três maiores setores empregadores: serviços (5,7 mil), indústria (3,9 mil) — setor com a maior variação relativa (0,52%) — e comércio (2,3 mil). No país, o número de vagas adicionais nesse intervalo de um mês atingiu 257,5 mil, um desempenho relativo (aumento de 0,54%) bem superior ao do RS, com crescimento em todos os setores, destacando-se também os serviços, em número de empregos criados, e a construção, em percentual de expansão.

Como é praxe nesta seção, entretanto, prioriza-se a análise das variações em 12 meses do total de empregados — nas diversificadas desagregações que se fazem, no intuito de qualificar os movimentos do emprego —, de forma que se cubra um ciclo anual completo. Busca-se, assim, evitar as distorções que derivam de comparações de subperíodos do ano, potencialmente contaminadas pelos diversificados padrões sazonais que caracterizam as atividades produtivas e, de modo inseparável, os territórios.

Na primeira subseção, enfoca-se, justamente, o crescimento do emprego formal gaúcho na perspectiva comparada com o agregado nacional e com as demais unidades da Federação, não apenas nos 12 meses mais recentes, mas no intervalo imediatamente anterior e no acumulado de cinco anos que a base do Novo Caged — iniciada em janeiro de 2020 — permite abarcar. Na continuidade, aborda-se o comportamento do emprego nos cinco grandes setores de atividade econômica, no RS.

Na terceira subseção, contrastam-se os saldos do emprego no Rio Grande do Sul segundo atributos dos trabalhadores, nomeadamente sexo, idade e escolaridade. Nesse momento, contempla-se um exame um pouco mais detido da movimentação das trabalhadoras mulheres nos diferentes setores de atividade, bem como nas ocupações que têm concentrado a absorção dos trabalhadores mais jovens, guiados pela grande participação que essa categoria vem ostentando na formação dos saldos de emprego.

Na quarta subseção, a variação do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que se subdivide o território gaúcho é explorada, contemplando-se uma comparação dos resultados segundo os grandes setores de atividade econômica.

Na quinta e última subseção, a evolução dos salários reais de admissão dos trabalhadores formais no estado e no país é analisada, evidenciando uma dinâmica, no mercado formal gaúcho, que contrasta com a tendência de expansão observada na seção anterior, quando se tratou do rendimento médio real habitual do conjunto de ocupados, com base na PNAD-Contínua.

2.1 A POSIÇÃO DO RS NA COMPARAÇÃO COM AS DEMAIS UFS E A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS GRANDES REGIÕES DO PAÍS

No recorte de 12 meses mais recente, disponível na série do Novo Caged (abr./2024-abr./2025), o emprego formal no Rio Grande do Sul obteve um saldo positivo (admissões menos desligamentos) de 69,5 mil vínculos adicionais de trabalho legalizado. Esse resultado é um pouco superior ao dos 12 meses anteriores (60,2 mil), o que se

expressa também no percentual de variação, que, de 2,2%, entre abril de 2023 e abril de 2024, se elevou para 2,4% no período sucessivo (**Tabela 7**).

Tabela 7 - Estoques e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — abr. 2020-25

REGIÃO E UF	ESTOQUES						VARIAÇÕES ABRIL-ABRIL			SALDOS		
	Abr./2020	Abr./2021	Abr./2022	Abr./2023	Abr./2024	Abr./2025	2025/2024	2024/2023	2025/2020	2025/2024	2024/2023	2025/2020
Brasil	38.509.486	40.162.857	42.873.859	44.782.250	46.483.093	48.124.423	3,5	3,8	25,0	1.641.330	1.700.843	9.614.937
Amapá	66.300	69.877	77.860	81.336	89.599	97.907	9,3	10,2	47,7	8.308	8.263	31.607
Roraima	55.467	60.301	66.965	74.249	79.058	84.634	7,1	6,5	52,6	5.576	4.809	29.167
Amazonas	403.791	428.183	471.533	501.652	527.890	562.001	6,5	5,2	39,2	34.111	26.238	158.210
Rio Grande do Norte	412.492	429.338	458.394	481.180	507.741	539.412	6,2	5,5	30,8	31.671	26.561	126.920
Paraíba	390.159	409.702	445.485	462.480	488.912	515.634	5,5	5,7	32,2	26.722	26.432	125.475
Alagoas	343.426	360.422	391.744	422.935	432.901	454.659	5,0	2,4	32,4	21.758	9.966	111.233
Região Norte	1.797.894	1.919.651	2.082.828	2.196.135	2.315.249	2.425.214	4,7	5,4	34,9	109.965	119.114	627.320
Distrito Federal	823.374	844.482	905.223	948.422	989.583	1.034.841	4,6	4,3	25,7	45.258	41.161	211.467
Bahia	1.691.180	1.769.880	1.910.271	2.014.879	2.089.237	2.184.274	4,5	3,7	29,2	95.037	74.358	493.094
Sergipe	280.903	285.700	302.611	315.449	329.592	344.409	4,5	4,5	22,6	14.817	14.143	63.506
Região Nordeste	6.227.227	6.520.537	7.010.916	7.377.279	7.680.801	8.023.090	4,5	4,1	28,8	342.289	303.522	1.795.863
Pernambuco	1.196.314	1.253.319	1.342.791	1.405.720	1.462.351	1.526.753	4,4	4,0	27,6	64.402	56.631	330.439
Acre	81.820	85.403	94.143	100.421	107.260	111.768	4,2	6,8	36,6	4.508	6.839	29.948
Tocantins	197.003	211.188	227.016	242.632	256.097	266.400	4,0	5,5	35,2	10.303	13.465	69.397
Piauí	289.148	300.034	318.868	334.433	354.909	368.971	4,0	6,1	27,6	14.062	20.476	79.823
Santa Catarina	2.066.557	2.234.658	2.379.507	2.456.105	2.542.988	2.643.331	3,9	3,5	27,9	100.343	86.883	576.774
Pará	758.019	819.323	880.845	917.511	965.073	1.002.231	3,9	5,2	32,2	37.158	47.562	244.212
Ceará	1.111.425	1.165.303	1.249.647	1.312.282	1.370.249	1.422.069	3,8	4,4	28,0	51.820	57.967	310.644
Paraná	2.644.627	2.791.335	2.950.764	3.059.576	3.180.163	3.299.095	3,7	3,9	24,7	118.932	120.587	654.468
Goiás	1.250.059	1.322.162	1.432.736	1.517.272	1.575.783	1.630.857	3,5	3,9	30,5	55.074	58.511	380.798
Rondônia	235.494	245.376	264.466	278.334	290.272	300.273	3,4	4,3	27,5	10.001	11.938	64.779
Maranhão	512.180	546.839	591.105	627.921	644.909	666.909	3,4	2,7	30,2	22.000	16.988	154.729
Região Sul	7.169.398	7.572.405	8.018.254	8.295.423	8.563.083	8.851.891	3,4	3,2	23,5	288.808	267.660	1.682.493
Região Centro-Oeste	3.350.557	3.519.343	3.800.285	4.020.514	4.188.569	4.328.855	3,3	4,2	29,2	140.286	168.055	978.298
Espírito Santo	718.820	759.786	813.654	855.557	896.918	926.536	3,3	4,8	28,9	29.618	41.361	207.716
São Paulo	11.986.433	12.371.075	13.145.914	13.676.183	14.149.664	14.602.440	3,2	3,5	21,8	452.776	473.481	2.616.007
Rio de Janeiro	3.221.761	3.240.000	3.460.201	3.633.431	3.797.380	3.916.514	3,1	4,5	21,6	119.134	163.949	694.753
Região Sudeste	19.972.019	20.631.238	21.958.594	22.890.357	23.729.682	24.461.546	3,1	3,7	22,5	731.864	839.325	4.489.527
Mato Grosso	736.634	782.872	852.705	905.758	947.475	974.344	2,8	4,6	32,3	26.869	41.717	237.710
Minas Gerais	4.045.005	4.260.377	4.538.825	4.725.186	4.885.720	5.016.056	2,7	3,4	24,0	130.336	160.534	971.051
Rio Grande do Sul	2.458.214	2.546.412	2.687.983	2.779.742	2.839.932	2.909.465	2,4	2,2	18,4	69.533	60.190	451.251
Mato Grosso do Sul	540.490	569.827	609.621	649.062	675.728	688.813	1,9	4,1	27,4	13.085	26.666	148.323
Não identificado	-7.609	-317	2.982	2.542	5.709	33.827	-	-	-	-	-	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Os resultados para o agregado do país mostraram-se substancialmente superiores nesses dois recortes de tempo, mas, de um ano para o outro, tiveram pequeno arrefecimento, ao contrário do que se verificou no mercado formal gaúcho: o emprego formal do Brasil cresceu 3,5% nos 12 meses encerrados em abril último, *versus* 3,8% no intervalo imediatamente anterior. O número de postos adicionais chegou a 1,64 milhão no recorte mais recente.

Como se vem observando nas sucessivas publicações do Boletim, as UFs com as maiores variações percentuais de seus estoques de emprego formal localizam-se, sobretudo, na Região Norte do Brasil, casos de Amapá, Roraima e Amazonas, que ocuparam as três primeiras posições nos 12 meses encerrados em abril último, com expansões de 9,3%, 7,1% e 6,5% respectivamente. Secundariamente, destacam-se as Regiões Nordeste e Centro-Oeste brasileiras. O primeiro estado das Regiões Sul ou Sudeste do país a comparecer no ordenamento dos resultados desses 12 meses mais recentes é Santa Catarina, na 14.ª posição entre as 27 UFs.

O Rio Grande do Sul, desta vez, ocupa a penúltima posição, superando apenas o Mato Grosso do Sul (que, nos 12 meses anteriores, havia obtido crescimento superior ao do agregado do país, e, desta vez, limita-se a 1,9% de expansão). Nos dois outros intervalos selecionados — o intervalo abr./2023-abr./2024 e o acumulado de cinco anos encerrado em abril último —, o Rio Grande do Sul amarga a última colocação.

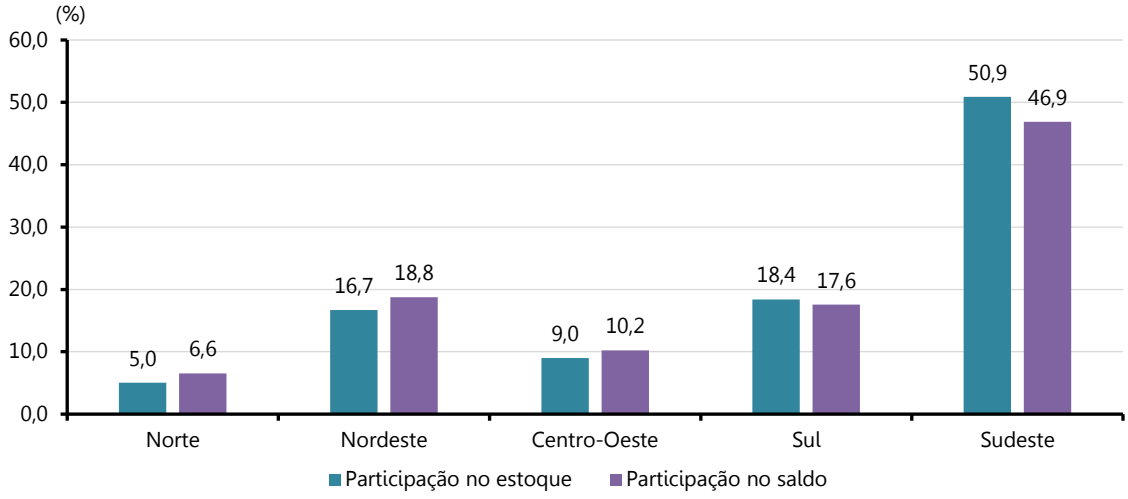
Nesse recorte de 60 meses, o Rio Grande do Sul expandiu seu estoque de empregos formais em 18,4%, enquanto a variação no país atingiu 25,0%. As três UFs com resultados mais expressivos são as mesmas que se destacaram nos 12 meses mais recentes, acima referidas, embora com uma diferença na ordem entre elas. No intervalo expandido, também a quarta e a quinta colocações ficam com estados da Região Norte do Brasil (Acre e Tocantins). Vale destacar que essas UFs que sobressaíram pelo crescimento percentual do emprego sediam mercados formais de trabalho de pequena expressão na perspectiva do total do Brasil: o saldo de vínculos que elas, conjuntamente, geraram, nos últimos cinco anos — com variações percentuais entre 35,2% e 52,6% —, atinge 318,3 mil postos, consideravelmente menos que os 451 mil empregos formais adicionais registrados no Rio Grande do Sul, com apenas 18,4% de expansão relativa no mesmo período. Merece, também, ser salientado que as duas UFs que compartilham com o RS os menos expressivos crescimentos do emprego nos últimos 60 meses são grandes mercados de trabalho da Região Sudeste, Rio de Janeiro (21,6%) e São Paulo (21,8%).

Tendo-se presente que se estão comparando 27 formações regionais que vêm apresentando, sistematicamente, crescimento do emprego, nos intervalos de 12 meses bem como no acumulado de cinco anos, o que não é de pouca relevância, sublinha-se que o descompasso do dinamismo na geração de empregos formais entre as cinco regiões — tão distintas sob tantos pontos de vista, que se materializam em mercados de trabalho com dimensões muito heterogêneas — não produz alterações drásticas da distribuição territorial do emprego nacional em intervalos tão curtos como os que estão sendo aqui abordados. Ainda assim, é interessante visualizar (**Gráfico 15**) os contrastes entre os pesos relativos que essas cinco regiões possuem no total do emprego formal do Brasil e as contribuições de cada uma delas à formação dos saldos nacionais do emprego nos últimos 60 meses. Vale salientar que se consideraram as participações na estrutura do emprego ao final do período, isto é, já incorporados os efeitos das diferenças de cadência na expansão desses mercados regionais de trabalho.

A maior das grandes regiões, do ponto de vista de sua participação no mercado formal de trabalho brasileiro, a Sudeste, concentra 50,9% do emprego, mas sua participação na formação do saldo de novos vínculos, nos últimos cinco anos, situou-se bem abaixo, em 46,9%. A Região Sul detém a segunda maior fatia do emprego nacional (18,4%), não muito distante da terceira colocada, a Região Nordeste (16,7%). Nesse caso, a geração de postos adicionais inverteu tal ordenamento: a segunda maior fatia (18,8%) ficou com a Região Nordeste, que superou os 17,6% da Sul.

As duas menores regiões pelo critério de número de empregos formais são a Centro-Oeste (9,0%) e a Norte (5,0%). Em ambos os casos, suas contribuições para a expansão do emprego brasileiro, entre abril de 2020 e abril do corrente ano, superaram, em muito, seus pesos relativos na estrutura do mercado de trabalho nacional, atingindo 10,2% e 6,6% respectivamente.

Gráfico 15 - Participações das grandes regiões no total do emprego formal (abr./2025) e no saldo do emprego formal (abr./2020-abr./2025) do Brasil

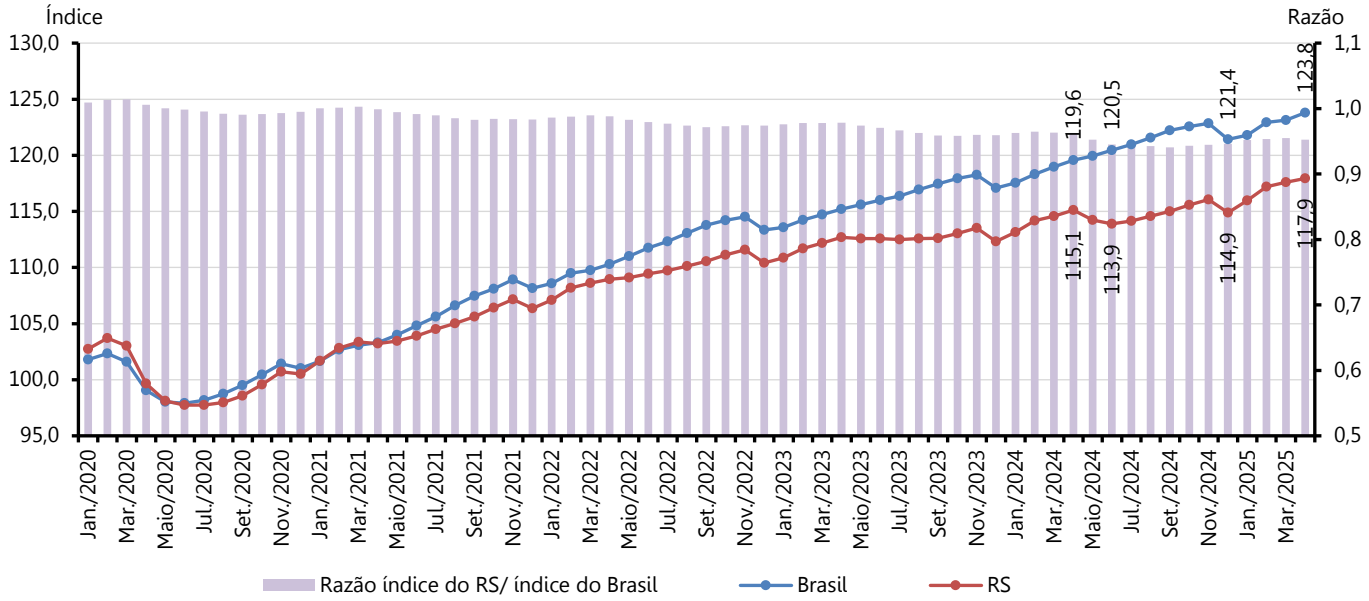


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Retornando-se, agora, ao diferencial negativo do Rio Grande do Sul na comparação da evolução de seu mercado formal de trabalho com a do agregado do país, o **Gráfico 16** apresenta a série histórica dos estoques de

emprego em ambos os recortes geográficos, a partir de um número-índice que toma como base a média do ano de 2020. Cobrem-se, assim, os pouco mais de cinco anos de existência do Novo Caged. Acrescenta-se ao gráfico a razão entre os índices do estado e do país, para uma mais clara apreensão da trajetória dessa persistente e progressiva distância entre os desempenhos. No gráfico, constata-se que, desde o segundo trimestre de 2021, o índice do emprego formal gaúcho se mantém inferior ao nacional. Desde janeiro de 2023, o diferencial que pesa contra o RS alternou períodos de estabilidade com momentos de aprofundamento. Desses, o mais recente e mais drástico verificou-se no ensejo do desastre climático que atingiu o Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024. Esse momento provocou uma retração excepcional e intensa do estoque de vínculos formais no mercado de trabalho gaúcho: de maio a junho de 2024, foram eliminados quase 31 mil empregos. A partir desse ponto, o número de vínculos retomou o crescimento no estado, mas a relação com o índice do agregado nacional caiu aos seus níveis mais baixos na série, até setembro de 2024. Desde então, a razão entre os índices mostra uma recuperação muito branda e lenta até março de 2025, com uma nova oscilação para baixo, muito discreta, em abril último. De qualquer modo, em nenhum dos últimos 12 meses disponíveis, a razão entre o índice gaúcho e o nacional igualou ou superou qualquer outra medição anterior a abril de 2024.

Gráfico 16 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul e razão entre eles — jan./2020-abr./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).
Nota: Os índices têm como base a média dos estoques mensais de emprego de 2020 = 100.

2.2 A PERSPECTIVA SETORIAL NO EMPREGO GAÚCHO: CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DESTACAM-SE

Os 69,5 mil vínculos de emprego formal adicionados ao mercado de trabalho gaúcho entre o final de abril do ano passado e o mesmo mês deste ano concentraram-se fortemente no setor serviços, que contribuiu com praticamente 40 mil dessas vagas, uma participação de 57,4% — bem superior aos 42,7% de que o setor desfruta na estrutura setorial do emprego gaúcho com registro legal (**Tabela 8**). A variação do estoque de contratados em serviços foi de 3,3%, superando amplamente os 2,4% do total dos setores. O maior crescimento relativo, entretanto, ficou com o pequeno setor da construção, que expandiu em 3,8% sua força de trabalho formal. Representando apenas 4,9% da estrutura do emprego formal do estado, contribuiu, nesses 12 meses, com 7,6% do saldo positivo do mercado de trabalho. Como foi analisado nos últimos números deste boletim, o emprego na construção respondeu quase imediatamente ao excepcional aumento da demanda desse setor, no contexto da recuperação dos múltiplos danos acarretados pelo evento climático extremo de meados de 2024, e o aquecimento da atividade prossegue, embora esteja retornando gradualmente a patamares menos discrepantes das médias setoriais.

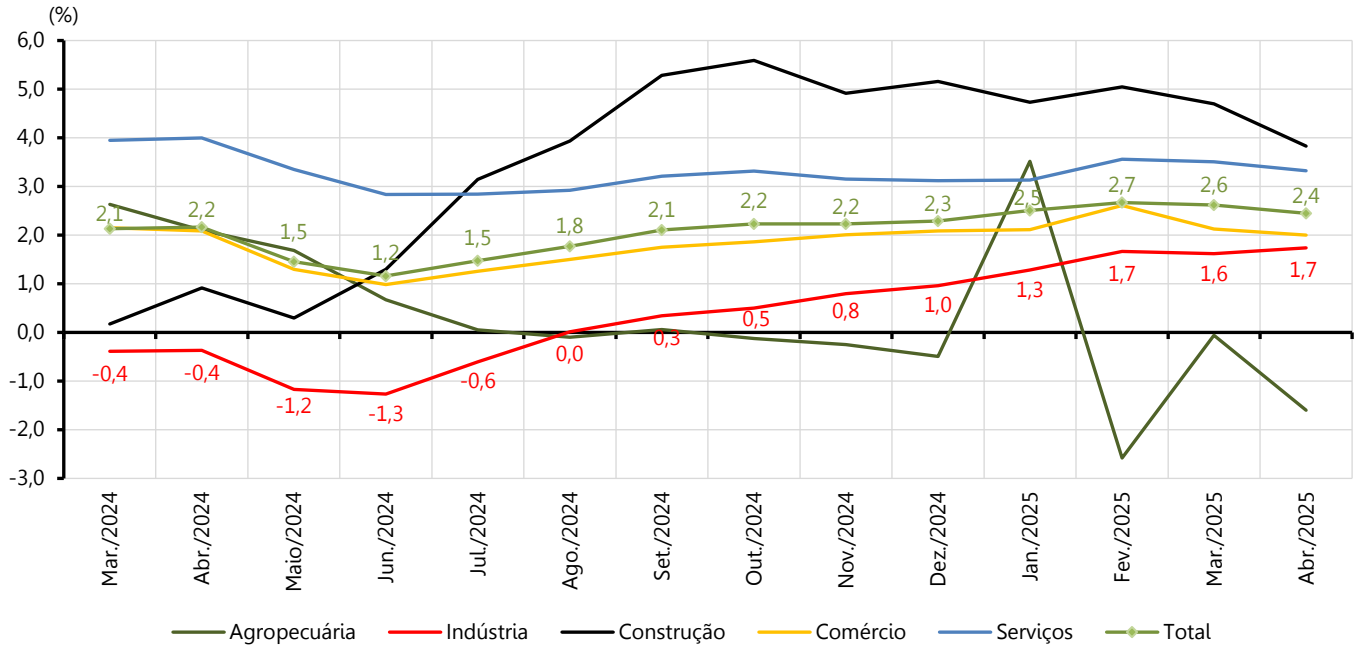
Tabela 8 - Estoques, variações e participação na formação do saldo do emprego formal, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — abr./2024-abr./2025

GRUPAMENTO	ESTOQUE		VARIAÇÕES ABR/2024-ABR/2025		
	Abr./2025	Participação %	Crescimento Relativo (%)	Saldo	Participação % no Saldo
Agropecuária	101.775	3,5	-1,6	-1.654	-2,4
Indústria	758.037	26,1	1,7	12.954	18,6
Construção	142.372	4,9	3,8	5.251	7,6
Comércio	665.786	22,9	2,0	13.063	18,8
Serviços	1.241.494	42,7	3,3	39.918	57,4
TOTAL	2.909.464	100,0	2,4	69.532	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

A agropecuária foi o único setor com retração do emprego formal — de que ela detém a menor parcela, 3,5% do total — nos últimos 12 meses. Os fatores climáticos, nesse intervalo de 12 meses que abarca as enchentes de 2024 e uma nova estiagem nos primeiros meses de 2025, pesaram negativamente (Boletim de Trabalho [...], 2025). De resto, o setor é aquele que apresenta as mais drásticas oscilações nas variações anualizadas de seu estoque de vínculos formais, nas últimas 14 observações, como se observa no **Gráfico 17**. Eliminou 1,7 mil vínculos nos 12 meses encerrados em abril de 2025, uma variação de -1,6%. A indústria ficou na segunda posição mais pálida, do ponto de vista da variação relativa, com crescimento de 1,7% nos últimos 12 meses — o qual sustenta, entretanto, a lenta e gradual tendência de recuperação dos saldos anualizados do setor, que amargou uma sequência de variações negativas em 2024 e, somente em setembro, retornou ao terreno positivo.

Gráfico 17 - Variações anualizadas do estoque de empregos formais, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — mar./2024-abr./2025/mar./2023-abr./2024



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

O terceiro maior setor empregador, o comércio, evidencia, como toda a economia gaúcha, o primeiro impacto fortemente negativo da tragédia climática do ano passado, com desaceleração entre abril e junho. Sua retomada, do ponto de vista do emprego, não mostra especial vigor, com variações que ficam próximas, mas abaixo, da variação do mercado de trabalho do conjunto dos setores. Nos últimos dois resultados disponíveis — sempre considerando as variações acumuladas em 12 meses —, esboça, mais uma vez, arrefecimento. Entre abril de 2024 e abril deste ano, respondeu por 18,8% do saldo de 69,5 mil empregos, com 13 mil vagas adicionais — participação inferior aos 22,9% que ostenta na estrutura setorial do mercado formal gaúcho.

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO SEGMENTO FORMAL

O contingente adicional de 69,5 mil vínculos formais agregados ao mercado de trabalho gaúcho entre abril de 2024 e abril de 2025 pode ser desagregado segundo alguns atributos dos trabalhadores que integram a base estatística do Novo Caged. Para isso, calculam-se, para as categorias definidas por esses atributos, os respectivos saldos, subtraindo-se o total de desligamentos do total de admissões que envolveu cada um desses segmentos populacionais. Esse procedimento carrega limitações analíticas dignas de nota, se a perspectiva for a de estimar as transformações do universo de empregados formais, uma vez que o Novo Caged se limita a registrar as movimentações de trabalhadores (admissões e desligamentos), não contemplando uma totalização do contingente que permanece empregado a cada período de referência. Isso implica perderem-se de vista as mudanças pelas quais esses indivíduos sem movimentação no período tenham passado, especialmente em se tratando de variáveis intrinsecamente mutáveis como idade ou escolaridade. Os saldos por grupos populacionais servem para sinalizar, com essas ressalvas, a maior ou a menor permeabilidade do mercado formal de trabalho a esses diferentes segmentos da força de trabalho.

Nos últimos 12 meses disponíveis no Novo Caged, uma vez mais, a expansão do emprego feminino superou, no RS, a do emprego masculino, o que vem registrando-se — sempre no tratamento anualizado dos dados — ao menos desde meados de 2023 (**Tabela 9**). A predominância das mulheres, entre abril de 2024 e o mesmo mês deste ano, atingiu, no entanto, um patamar extraordinariamente elevado: nada menos do que 62,8% do saldo (43,7 mil dos 69,5 mil) ficaram a cargo das trabalhadoras. Ainda que pontual, essa aferição vem ao encontro de uma tendência de longo prazo — que comporta oscilações, por certo — de equalização quantitativa entre os sexos na composição do mercado formal de trabalho. Na última edição da RAIS, de 2023[10], os homens continuaram sendo maioria no emprego formal, com 52,6% do total de vínculos.

Tabela 9 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de abr./2024-abr./2025 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2023, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

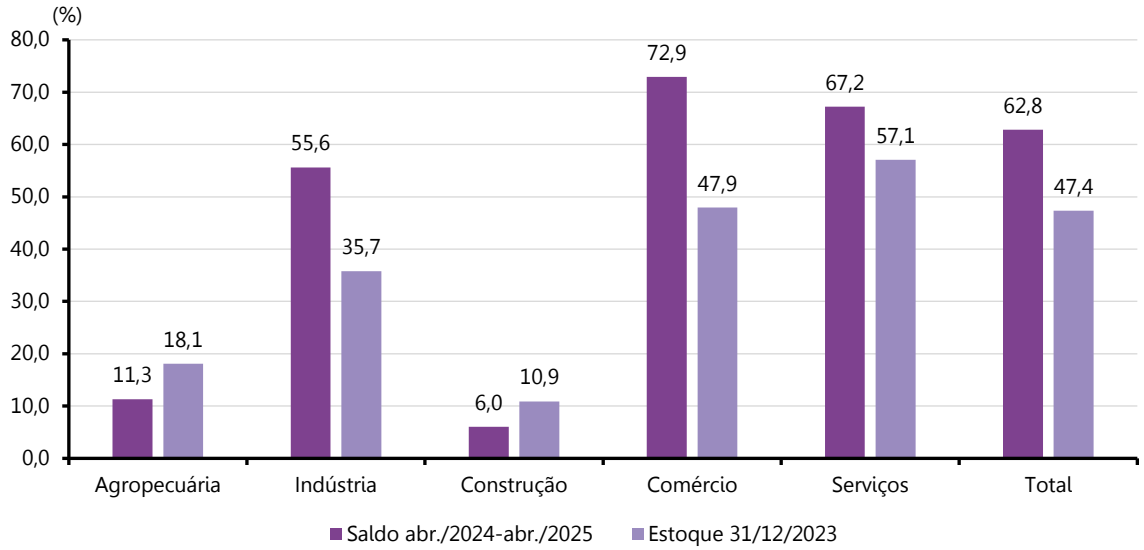
DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS (31/12/2023)
	Saldo em Abr./2024-Abr./2025	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	69.533	100,0	100,0
Homens	25.839	37,2	52,6
Mulheres	43.694	62,8	47,4
Faixa etária (total)	69.533	100,0	(1) 99,8
Menos de 18 anos	30.558	43,9	1,3
De 18 a 24 anos	50.564	72,7	13,4
De 25 a 29 anos	2.653	3,8	13,0
De 30 a 39 anos	-1.890	-2,7	26,5
De 40 a 49 anos	1.562	2,2	24,4
De 50 a 64 anos	-9.628	-13,8	18,8
65 ou mais	-4.286	-6,2	2,2
Escolaridade (total)	69.533	100,0	100,0
Analfabeto	270	0,4	0,2
Fundamental incompleto	2.283	3,3	9,2
Fundamental completo	739	1,1	8,3
Médio incompleto	15.961	23,0	7,5
Médio completo	46.663	67,1	47,0
Superior incompleto	2.915	4,2	6,3
Superior completo	702	1,0	21,5

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).
RAIS (Brasil, 2024).
(1) Não resulta em 100% devido a um resíduo de trabalhadores não classificados nesta variável.

[10] A RAIS de 2024 foi lançada recentemente, mas ainda se encontra em versão parcial, não contemplando, por exemplo, as informações referentes a algumas atividades econômicas. No interesse da análise das disparidades de gênero, em especial, o fato de que a versão parcial da RAIS ainda não abranja as atividades da Administração Pública causaria severas distorções, razão pela qual toma-se, aqui, a edição de 2023 como a mais recente da pesquisa.

Nos resultados dos últimos 12 meses disponíveis no Novo Caged, constata-se, ademais, que a maioria feminina na formação dos saldos de emprego formal se verificou com intensidade nos resultados dos três maiores setores empregadores. O **Gráfico 18** destaca, de imediato, à visão o comércio, em que as trabalhadoras foram responsáveis por 72,9% da expansão de contingente — vale dizer, praticamente três a cada quatro vagas adicionais desse grupamento destinaram-se a mulheres. Esse é um setor cujo estoque de empregos, de acordo com a RAIS de 2023, era bastante equilibrado do ponto de vista de gênero, mas ainda com uma leve predominância masculina. Em serviços, único setor em que o maior contingente era feminino (57,1% do total) na RAIS de 2023, a participação das mulheres na formação do saldo dos últimos 12 meses atingiu seu segundo mais elevado percentual: 67,2%. Já na indústria — o grande grupamento setorial, entre os três maiores empregadores, em que a participação feminina no estoque de 2023 era a mais baixa (35,7%) —, é especialmente eloquente, justamente por isso, que as mulheres tenham logrado a preponderância (55,6%) na formação do saldo de empregos adicionais dos últimos 12 meses. Os dois menores setores em número de empregados formais são aqueles cuja força de trabalho é fortemente dominada pela presença masculina: na agropecuária, as mulheres representavam, em 2023, apenas 18,1% do contingente; na construção, ainda menos, 10,90%. Nesses dois setores, ademais, a participação feminina na consolidação do saldo dos últimos 12 meses foi ainda mais baixa do que seus pesos relativos na estrutura do emprego setorial — vale dizer, entre abril de 2024 e abril de 2025, sinaliza-se uma ulterior perda de participação para as mulheres nessas atividades.

Gráfico 18 - Participação das mulheres na variação de emprego (abr./2024-abr./2025) e no estoque de empregos em 31/12/2023, por grande grupamento, no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).
RAIS (Brasil, 2024).

Quando se examinam os saldos segundo as faixas etárias dos trabalhadores, reafirma-se a predominância avassaladora dos estratos mais jovens no acesso aos postos adicionais criados no mercado formal gaúcho. Entre abril de 2024 e abril deste ano, os trabalhadores com idades entre 18 e 24 anos arrebanharam quase três quartos (72,7%) dos 69,5 mil novos vínculos de emprego no estado, um total de 50,6 mil. A segunda faixa etária em volume de saldo é a dos menores de idade, até 17 anos: 30,6 mil postos, subtraindo-se os desligamentos das admissões. Juntos, como se percebe, esses dois segmentos geraram um número de empregos adicionais superior ao aferido no conjunto do mercado de trabalho, o que se explica pelos saldos negativos verificados em três das cinco faixas etárias superiores. Trabalhadores de 30 a 39 anos (-1,9 mil), de 50 a 64 anos (-9,6 mil) e de 65 ou mais (-4,3 mil) registraram mais desligamentos do que admissões. Escassos saldos positivos verificaram-se no estrato de 25 a 29 anos (mais 2,6 mil) e de 40 a 49 anos (mais 1,6 mil). Como a Tabela 9 evidencia, é superlativa a diferença entre as participações das faixas etárias na estrutura do emprego apresentada na RAIS de 2023 e as que ostentam na formação dos saldos do Novo Caged, nos últimos 12 meses (como, de resto, vem sendo regra nos acompanhamentos trimestrais realizados neste boletim). No caso mais extremo, a secção que agrupa os jovens de até 24 anos representava menos de 15% no universo de empregados formais gaúchos ao final de 2023, mas respondeu por 116,7% da expansão dos vínculos de

trabalho legalizados no período abr./2024-abr./2025. Já os trabalhadores no estrato de 30 a 49 anos obtinham 50,9% de participação na estrutura do mercado formal de 2023, mas sua fatia no saldo de 69,5 mil empregos gerados nos últimos 12 meses é negativa, uma vez que perdeu pouco mais de 300 vínculos, no cômputo de admissões e desligamentos.

Com recurso aos microdados do Novo Caged[11], procurou-se verificar quais atividades econômicas predominavam na absorção desse grande contingente de trabalhadores menores de idade ou com idades entre 18 e 24 anos. Na medida em que, social e contratualmente, tende a haver diferenças significativas na contratação desses dois diferentes segmentos da juventude, apresentam-se os resultados separadamente, apenas com as categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) em que houve os saldos positivos e negativos mais extremos, em dois recortes temporais diferentes (mar./2024-mar./2025 e mar./2020-mar./2025)[12].

Para os meninos e as meninas de até 17 anos (**Tabela 10**), a principal atividade a gerar saldos positivos de emprego foi, nos dois recortes de tempo, o segmento de mercados e hipermercados, com larga distância sobre as demais atividades da CNAE. Nos últimos 12 meses, a segunda colocação ficou com atividades de associação de defesa dos direitos sociais, que ocupa a quarta posição no intervalo de cinco anos. Restaurantes e serviços de alimentação e bebidas destacaram-se em ambos os períodos, sendo a terceira principal atividade na absorção de menores de idade nos dois intervalos analisados. No cômputo de 60 meses, o segundo maior saldo registrou-se em uma atividade industrial, a fabricação de calçados de couro. Nesse período ampliado, das 670 categorias da CNAE, nenhuma registrou saldo negativo no cômputo de admissões e desligamentos de trabalhadores com até 17 anos de idade. Já nos últimos 12 meses, foram muito poucas, sendo o menor resultado uma variação absoluta de -13 vínculos apenas.

Tabela 10 - Atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) selecionadas por deterem os maiores e os menores saldos de emprego formal para trabalhadores com idades inferiores ou iguais a 17 anos no Rio Grande do Sul — mar./2020-mar./2025

ATIVIDADE	SALDO	
	Mar./2025 / Mar./2024	Mar./2025 / Mar./2020
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios — hipermercados e supermercados	4.766	18.932
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1.540	3.628
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	894	3.633
Fabricação de calçados de couro	822	5.204
Transporte rodoviário de carga	671	2.851
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	620	2.794
Fabricação de móveis com predominância de madeira	556	2.277
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios — minimercados, mercearias e armazéns	537	2.525
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	531	1.641
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	524	2.015
Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	462	2.638
Fabricação de calçados de material sintético	375	2.830
Extração de carvão mineral	-6	38
Holdings de instituições não financeiras	-13	27

Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2025).

Ao se avançar para a faixa etária dos 18 aos 24 anos, as principais classes da CNAE a produzir os saldos de emprego são algo distintas. Tanto nos últimos 12 meses quanto no arco de cinco anos, a primeira posição, em volume de saldo para esse segmento populacional, foi a de atividades de atendimento hospitalar, marcando grande superioridade ante o resultado da segunda colocada, em ambos os recortes temporais (**Tabela 11**). Seguem-se, nos dois períodos, embora com ordenamentos diferentes entre a segunda e a terceira posição, o transporte rodoviário de

[11] Agradece-se ao colega Josué Klafke Sperb o suporte no processamento dos microdados do Novo Caged.

[12] Por razões operacionais, as tabulações das informações do Novo Caged que derivaram da base de microdados avançam, nesta seção, até março de 2025, não incorporando os resultados de abril, lançados nos últimos dias de maio último.

cargas e o comércio de produtos farmacêuticos. O abate de suínos, aves e outros pequenos animais compareceu em quarta posição no *ranking* de 12 meses e em quinta no de cinco anos. Na quarta posição, no acumulado de mar./2020-mar./2025, destacaram-se restaurantes e serviços de alimentação e bebidas. Nessa faixa etária, identificaram-se saldos negativos com maior expressão em ambos os recortes de tempo. No intervalo mais recente, chama a atenção que a maior retração aparece no segmento de hipermercados e supermercados, que liderou a formação de saldos positivos para os menores de idade. No acumulado de cinco anos, essa retração não se verificou, o que pode indicar uma mudança de estratégia de gestão do trabalho dos grandes empregadores que operam nessa atividade. Também na fabricação de calçados de couro observaram-se saldos negativos nessa primeira faixa etária de maiores de idade, contrapostos aos destacáveis saldos positivos registrados para os menores de idade.

Tabela 11 - Atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) selecionadas por deterem os maiores e os menores saldos de emprego formal para trabalhadores de idades entre 18 e 24 anos no Rio Grande do Sul — mar./2020-mar./2025

ATIVIDADE	SALDO	
	Mar./2025 Mar./2024	Mar./2025 Mar./2020
Atividades de atendimento hospitalar	3.224	14.555
Transporte rodoviário de carga	1.616	8.126
Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	1.539	9.114
Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	1.417	6.226
Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	1.390	4.923
Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	1.248	2.984
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1.123	4.883
Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	1.018	2.226
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	811	4.020
Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	765	3.667
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	752	4.609
Construção de edifícios	706	3.091
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	662	3.835
Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	660	3.807
Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	607	3.603
Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação	497	3.566
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	486	7.640
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	96	-659
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	-25	-686
Construção de embarcações e estruturas flutuantes	-326	137
Atividades de teleatendimento	-332	2.738
Fabricação de calçados de couro	-565	-1.378
Fabricação de calçados de material sintético	-748	-1.343
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios — hipermercados e supermercados	-1.157	1.688

Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2025).

O terceiro atributo individual a merecer um breve exame é a escolaridade dos trabalhadores (Tabela 9). Entre abril de 2024 e abril deste ano, nenhuma faixa de escolaridade passou por retração líquida de seu contingente no RS, segundo as movimentações registradas no Novo Caged. O maior interesse analítico reside, assim, na comparação entre as participações de cada faixa na estrutura do emprego, de acordo com a RAIS de 2023, e na produção do saldo de 69,5 mil vagas gerado no estado, nesses últimos 12 meses para os quais há informações disponíveis. Desconsiderando-se a categoria dos analfabetos, cujo contingente é residual, somente dois dos seis níveis de escolaridade restantes tiveram representação mais elevada no saldo de novos empregos do que detinham na distribuição do total de empregados: ensino médio completo e ensino médio incompleto. Os trabalhadores dessas duas faixas, conjuntamente, concentraram 90,1% do saldo dos últimos meses da série do Novo Caged, ao passo que, na estrutura consolidada na RAIS, sua fatia, embora também majoritária, era muito menor, situando-se em 54,6%.

A categoria com mais alta certificação educacional, a dos trabalhadores com nível superior completo, evidencia a mais aguda discrepância nesse cotejo entre seus pesos relativos no estoque e no fluxo do emprego formal, por assim dizer. Na distribuição do saldo de vínculos adicionais dos últimos 12 meses, ela respondeu por apenas

1,0%, enquanto sua participação no conjunto de empregados captado pela RAIS em 2023 era de 21,5%. Embora não atinja a mesma intensidade, contraste semelhante observa-se na base da distribuição da escolaridade, indicando a tendência à retração da participação dos indivíduos que têm (apenas) o ensino fundamental completo, ou ainda menor número de anos de estudo. Estes representavam 17,7% do universo de empregados formais, na RAIS de 2023, e responderam por apenas 4,7% do saldo positivo, entre admissões e desligamentos, no estado, entre abril do ano passado e o mesmo mês de 2025.

Uma menor permeabilidade do mercado aos indivíduos menos escolarizados poderia ter dois fundamentos potencialmente virtuosos: em primeiro lugar, elevação dos requisitos técnicos dos processos de produção e de trabalho, sinalizando ganhos de produtividade e favorecendo aumento de competitividade, quiçá melhores condições de trabalho; em segundo lugar, uma transição demográfica entre uma geração que tinha, em média, menos anos de estudo completos e que gradualmente se retira do mercado de trabalho, ampliando-se a participação de uma geração para a qual a expansão do acesso ao ensino médio foi marcante, modificando-se, assim, a oferta agregada de força de trabalho no quesito de escolarização, independentemente de qualquer transformação dos processos de trabalho ou de seleção. De qualquer modo, um contingente de indivíduos (ainda) economicamente ativos que busca emprego e vê se fecharem as oportunidades de acesso ao segmento formal do mercado de trabalho deve merecer o interesse e a atuação de políticas públicas de reinserção e capacitação. Ademais, a irrisória participação dos trabalhadores com nível superior na formação dos saldos do emprego fragiliza seriamente a hipótese de sofisticação técnica do ecossistema empresarial do Rio Grande do Sul.

2.4 O DESEMPENHO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

A evolução do emprego formal total nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul, no intervalo mais recente de 12 meses[13], evidencia, uma vez mais, o elevado grau de dispersão que se costuma encontrar na análise realizada regularmente neste boletim (**Figura 1**). As variações distribuíram-se entre o mínimo de 1,2% na RF 5 (Sul do estado) — muito próxima à de 1,3% na RF 2 (Vales do Taquari e Rio Pardo) — e a notável expansão de 5,4% na RF 9 (Norte, nucleada por Passo Fundo e Erechim). A segunda maior elevação (3,0%), bastante inferior à primeira, verificou-se na RF 4 (Litoral Norte).

Novamente, o mau desempenho agregado da RF 5 vincula-se às drásticas oscilações — nesse período, para baixo — do emprego no segmento produtor de embarcações, localizado fundamentalmente em São José do Norte, município que, sozinho, registrou redução de cerca de 2,5 mil empregos nos 12 meses analisados, nessa atividade industrial. A RF 2, muito possivelmente, ainda enfrenta gargalos na dinamização do emprego após os eventos climáticos extremos — não apenas o de abril-maio de 2024, que a atingiu de forma muito aguda, mas também os do segundo semestre de 2023, dos quais a região foi o fulcro.

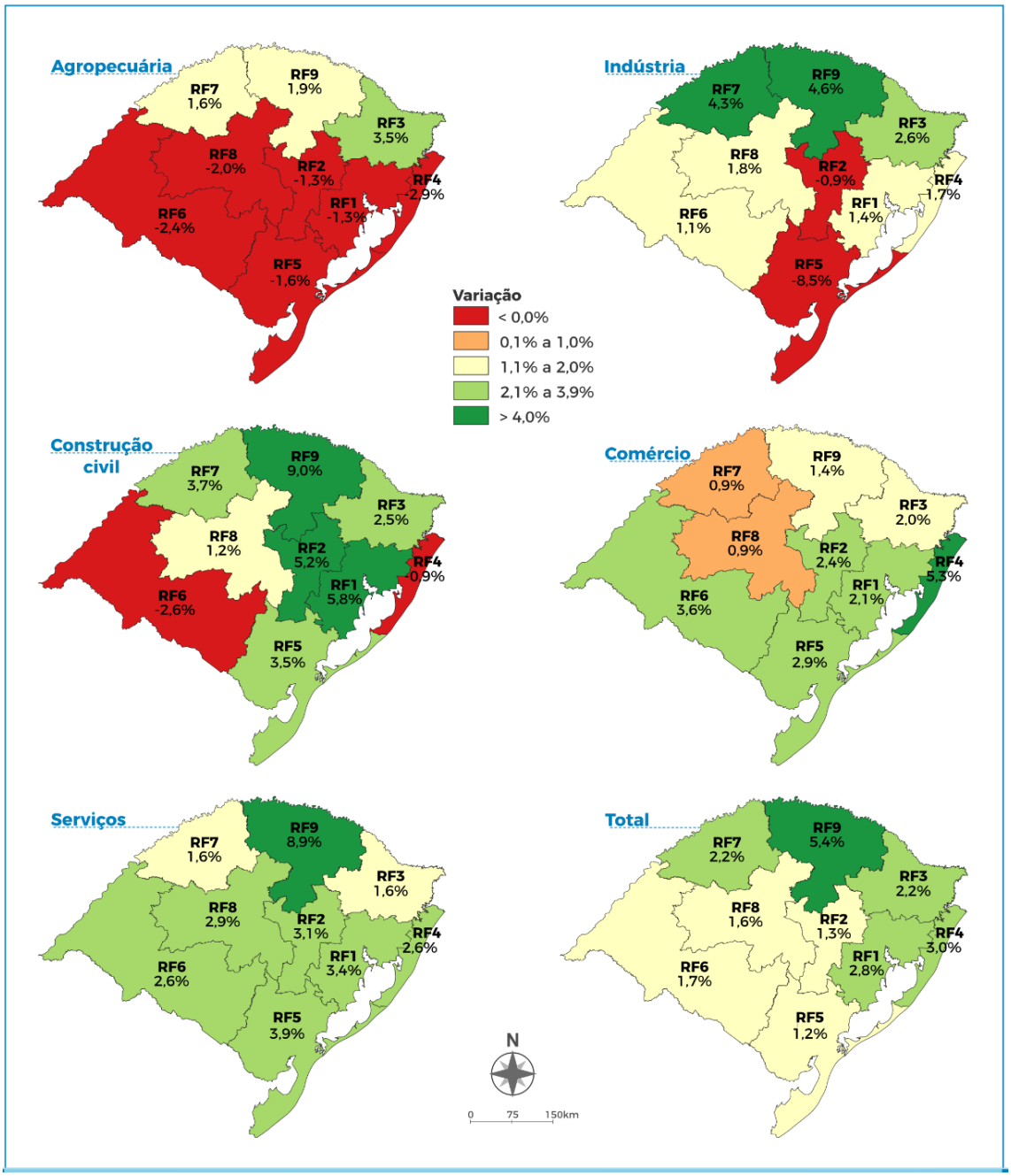
O crescimento positivamente diferenciado da RF 9 vem mostrando-se bastante sustentado, com diversificação das atividades que exibem dinamismo, da construção a atividades industriais, como a de abate de suínos, passando por serviços marcadamente urbanos. O emprego formal no município de Passo Fundo, tomado isoladamente, teve crescimento de 8,1% no período e gerou cerca de 42,0% do saldo total da RF 9, que agrega 130 municípios.

Quando se observam os comportamentos do emprego de cada um dos grandes grupamentos setoriais em suas manifestações regionais (Figura 1), inúmeras evidências sobrevêm[14]. Registram-se, aqui, alguns destaques apenas. A agropecuária, como se viu, foi o único setor a ostentar, no nível estadual, variação negativa no período abr./2023-abr./2024. Aqui, com uma pequena diferença no recorte temporal, essa constatação é também válida, e verifica-se que a maioria das RFs — seis das nove — fechou o período mar./2024-mar./2025 com perdas de estoque de empregados formais nesse setor.

[13] Nesta seção, toma-se o recorte de março de 2024 a março de 2025.

[14] Agradece-se à colega Mariana Lisboa Pessoa o trabalho cartográfico aqui utilizado.

Figura 1 - Variação do emprego formal total, por grande grupamento, nas Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul — mar./2024-mar./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

A indústria sofreu retração do emprego em duas regiões, justamente as duas RFs com os mais pálidos resultados agregados, acima mencionadas. Na RF 5, os postos industriais retraíram-se em severos 8,5%. Na RF 2, a perda foi bem mais suave, de 0,9%. As mais intensas ampliações do emprego verificaram-se na RF 9 (4,6%) e na RF 7, Noroeste (4,3%).

A construção, que liderou o ordenamento das variações relativas setoriais no agregado do estado, teve sua maior expansão, mais uma vez, na RF 9, onde o emprego cresceu 9,0% entre março de 2024 e o mesmo mês de 2025, praticamente o dobro dos já abundantes 4,7% do resultado gaúcho. Outras seis RFs registraram aumentos de emprego no setor, distribuídos entre 1,2% na RF 8 (Central) e 5,8% na RF 1 (Metropolitana). Duas regiões, por outro lado, apresentaram desempenho dissonante: na RF 6 (Campanha), o estoque de vínculos formais da construção recuou 2,6%, e, na RF 4, a redução foi de 0,9%.

Comércio e serviços são os grupamentos setoriais em que as nove RFs alcançaram crescimento do emprego nesses 12 meses aqui analisados. No primeiro caso, o arco de variação parte de um resultado mínimo de 0,9%, compartilhado pelas RFs 7 e 8, e atinge um máximo de 5,3%, na RF4. Em serviços, a dispersão também foi grande, distendendo-se, no entanto, entre percentuais mais elevados: nesse setor, a menor variação foi de 1,6%, resultado das RFs 3 (Serra) e 7, e a máxima, de nada menos que 8,9%, na RF 9 — bem mais do que o dobro dos 3,5% obtidos pelo setor no agregado estadual.

O quadro geral desses resultados reforça a heterogeneidade das dinâmicas regionais, destacando, ainda mais do que o resultado do agregado dos grandes grupamentos, a liderança da Região Funcional 9, que se posiciona com destaque em vários dos ordenamentos setoriais. Por outro lado, os resultados negativos e/ou os menos expressivos, quando desagregados por setores, distribuem-se melhor entre diferentes regiões, não apontando, nesse nível bastante aproximativo, focos mais drasticamente problemáticos no que diz respeito à evolução recente dos mercados de trabalho.

A posição dianteira da RF 9 reafirma-se quando se amplia o período de referência das variações do emprego para 60 meses — nesse caso, ladeada pela RF 4, cujo mercado formal de trabalho tem crescido, mais recentemente, a taxas mais próximas do agregado do estado —, mas, ao longo desse quinquênio, ostentou duradouramente uma vantagem considerável com relação às demais regiões — em especial, a partir da eclosão da pandemia de COVID-19. Esse contexto atraiu ao Litoral, como moradores permanentes, pessoas que buscavam, então, um ambiente mais adequado para o isolamento social, e isso acentuou efeitos dinamizadores que já se faziam sentir anteriormente, associados a um crescimento demográfico positivamente diferenciado da RF 4.

Quando se analisa a **Figura 2**, no cotejo com a Figura 1, observa-se a quase total ausência das variações negativas: somente uma RF, em apenas um dos cinco grupamentos, apresentava, em março de 2025, um número de empregados formais inferior ao que contabilizava em março de 2020: é o caso da construção na RF 5.[15]

No agregado dos setores, o crescimento do emprego no Rio Grande do Sul, nesse período, atingiu 14,1%. As duas regiões com maior dinamismo de seu mercado formal de trabalho atingiram resultados muito superiores: 23,5% na RF 9 e 23,2% na RF 4. A variação menos expressiva registrou-se na RF 1 (11,9%), o que se coaduna com tendências de mais longo prazo, de desconcentração do emprego e do crescimento populacional. A RF 1 ainda concentra 45,4% do emprego formal gaúcho, segundo o dado de março de 2025.

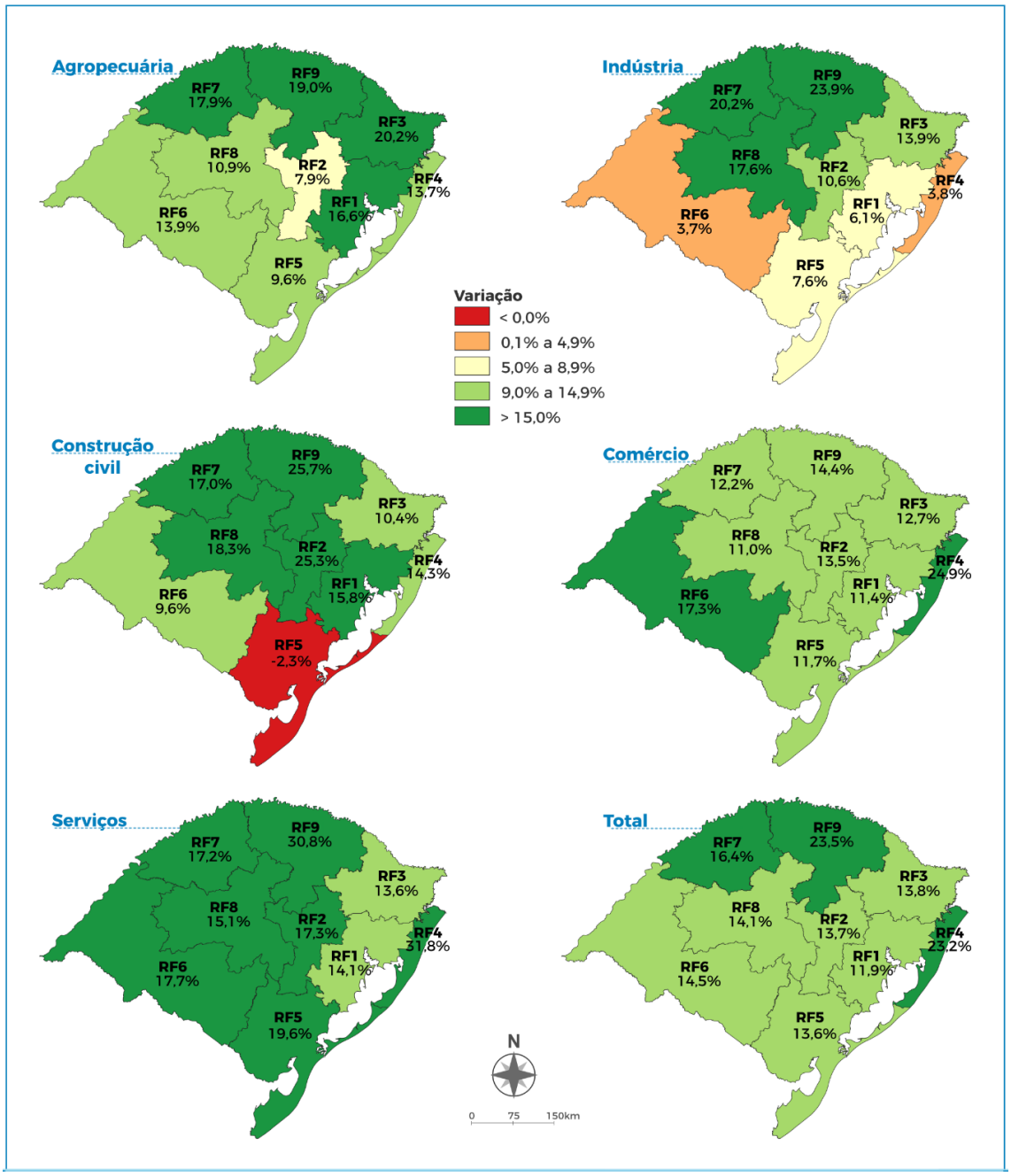
As duas regiões com mais robusta expansão do emprego formal destacaram-se na maioria dos setores: em serviços, a RF 4 obteve o melhor resultado (crescimento de 31,8%), ficando a RF 9 com o segundo lugar (30,9%). Ambas quase duplicaram o desempenho relativo do agregado do RS (16,4%). A Serra (RF 3) e o território nucleado pela Região Metropolitana (RF 1) apresentaram as variações mais acanhadas (13,6% e 14,1% respectivamente).

Na indústria, a RF 9 assumiu a dianteira, com 23,9% de expansão. Nesse setor, a RF 4 decaiu para a penúltima colocação entre as nove RFs, com variação de apenas 3,8%, quase idêntica aos 3,7% da última, a RF 6 (Campanha). Positivamente, destaca-se, nesse setor, com o segundo melhor resultado (20,2%), a RF 7 (Noroeste). No agregado do estado, o setor teve, nesse recorte de 60 meses, o mais baixo crescimento do emprego, 11,3%.

No comércio, que, no conjunto do RS, teve variação de 12,9% no quinquênio, a RF 4 voltou a despontar com a mais vigorosa expansão (24,9%). A segunda posição ficou com a Campanha (17,3%), tocando à RF9, nesse caso, a terceira colocação, com 14,4%. Os percentuais menos expressivos foram os da RF 8 e da RF 1 (11,0% e 11,4% respectivamente).

[15] O fato de se deslocar em um mês o intervalo de 60 meses analisado, relativamente ao período abordado nas primeiras subseções, acima, gera consideráveis diferenças, já que abril de 2020 — tomado como ponto inicial nos momentos precedentes desta seção — foi um mês de inegável excepcionalidade, recebendo o maior impacto contracionista da eclosão da COVID-19. O mês imediatamente anterior, março de 2020, que, neste momento da análise, é o marco que abre o intervalo, apresentava estoques de vínculos formais bem superiores. Uma vez que o interesse da análise, neste momento, é a comparação das trajetórias regionais nesse arco amplo de cinco anos, considera-se que essa discrepância não gera prejuízo.

Figura 2 - Variação do emprego formal total, por grande grupamento, nas Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul — mar./2020-mar./2025



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2025).

Também nos dois menores setores, do ponto de vista dos contingentes empregados formalmente, a RF 9 não deixou de distinguir-se positivamente: apresentou o maior crescimento relativo na construção (25,7%) e o segundo mais elevado na agropecuária (19,0%, seguindo a RF 3, que alcançou 20,2%). A RF 4, por sua vez, nesses dois casos, ocupou posições intermediárias, porém abaixo do desempenho do agregado do Rio Grande do Sul.

2.5 Salários de ingresso

Mesmo que se constituam em uma abordagem bastante parcial da dimensão salarial, os salários médios reais de ingresso no mercado formal de trabalho proporcionam indicações sobre o comportamento dos padrões de remuneração, suas diferenças regionais e setoriais. Escapam dessa mensuração tributária da base do Novo Caged os

valores pagos para o conjunto dos trabalhadores em atividade com vínculos formais de emprego, captando-se apenas os patamares em que se situam as novas contratações.

Em contraste com o comportamento do rendimento médio mensal real habitual de todos os ocupados no estado, analisado na primeira seção deste boletim, os salários médios reais de admissão[16], no mercado formal do Rio Grande do Sul, praticamente não variaram nos últimos 12 meses disponíveis, apresentando oscilação de 0,1% (**Tabela 12**) entre abril de 2024 e abril de 2025. No agregado do Brasil, esse percentual alcançou 0,5%. Dos principais setores empregadores, a indústria gaúcha praticou uma elevação de 0,8%, enquanto o setor serviços manteve a remuneração praticamente inalterada (-0,1%), e, no comércio, houve pequena redução, de -1,1%. Quanto aos setores com menores estoques de vínculos formais, a agropecuária registrou elevação de 4,1% no salário médio real de admissão, enquanto a construção civil, uma redução de 0,3%. Em nível nacional, nenhum dos grandes grupamentos reduziu o salário real de ingresso.

O intervalo de 60 meses, desde abril de 2020 ao mesmo mês deste ano, evidenciou perdas nos salários médios reais de admissão, tanto no nível estadual (-6,3%) quanto, sobretudo, no nacional (-10,3%). Essas retrações manifestaram-se de forma mais aguda em serviços e, secundariamente, no comércio. É importante ter-se presente, como foi anteriormente apontado, que o mês de abril de 2020 se constituiu em um marco de referência que carrega particularidades que tendem a afetar esses resultados, uma vez que os mercados de trabalho enfrentavam o pior momento da pandemia de COVID-19. Os salários médios reais de ingresso, muito provavelmente, repetiram o efeito matemático, bastante debatido, que se verificou com os salários médios totais, a saber, uma retração mais do que proporcional da base da pirâmide de remunerações — a qual teria gerado, entre outros efeitos estatísticos, uma menor desigualdade nos rendimentos.

Tabela 12 - Variação do salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho, por grande grupamento, no Rio Grande do Sul e no Brasil — abr./2024-abr./2025 e abr./2020-abr./2025

GRUPAMENTO	VARIAÇÃO %			
	Abr./2024-Abr./2025		Abr./2020-Abr./2025	
	RS	Brasil	RS	Brasil
Agropecuária	4,1	0,0	1,7	-2,0
Comércio	-1,1	1,1	-3,4	-6,6
Construção	-0,3	0,5	0,0	0,1
Indústria	0,8	0,2	4,1	-2,9
Serviços	-0,1	0,5	-13,8	-16,1
Total	0,1	0,5	-6,3	-10,3

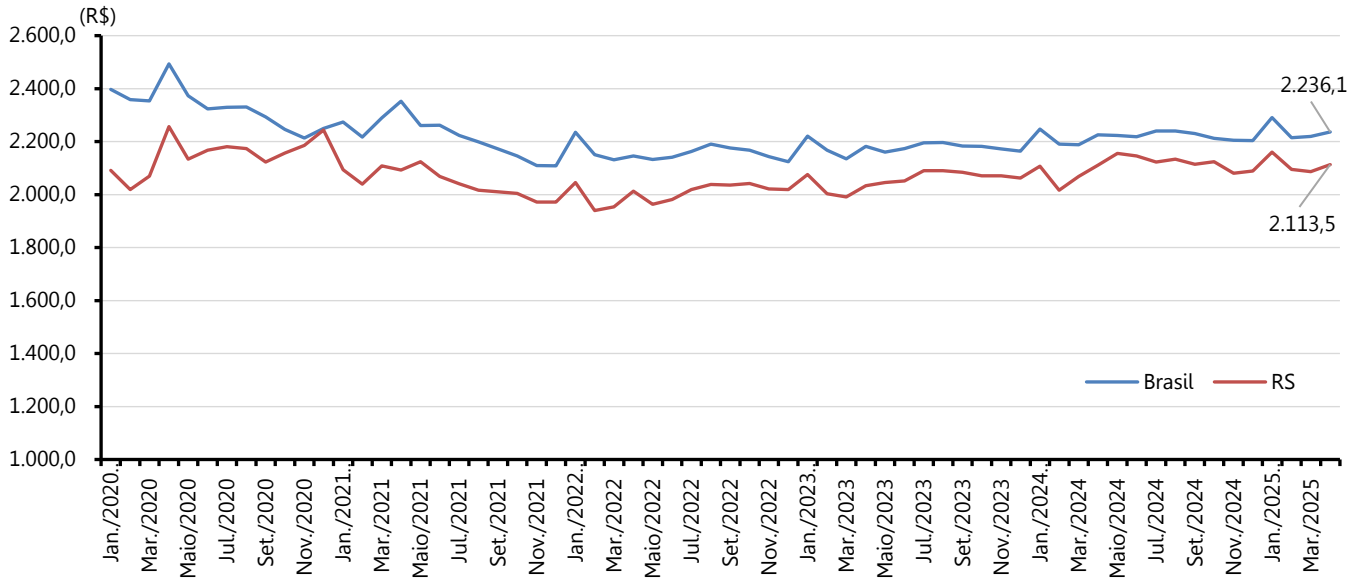
Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2025).
Nota: Deflator: IPCA.

Efetivamente, o **Gráfico 19** permite visualizar um pico dos salários médios reais de admissão justamente no mês de abril de 2020. Ademais, evidencia a evolução bastante sincrônica dos valores praticados em nível tanto estadual quanto nacional, mantendo-se a remuneração praticada no Rio Grande do Sul sistematicamente abaixo da média nacional. Em abril último, o salário médio de ingresso no estado correspondia a 94,5% daquele pago no agregado do país. Essa razão oscila pouco na série histórica, sobretudo se se desconsiderar o ano de 2020, sua exacerbada excepcionalidade.

Talvez a evidência mais relevante da série retratada no Gráfico 19 seja a "neutralidade" da evolução dos salários de admissão no mercado formal de trabalho, que evidenciam a estagnação de seu valor real nesse que pode ser tomado como um médio prazo, de 60 meses.

[16] Agradece-se ao colega Sérgio Leusin Jr. o apoio no tratamento desses dados.

Gráfico 19 - Salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — abr./2020-abr./2025



Fonte: Microdados do Novo Caged (Brasil, 2025).
Nota: Deflator: IPCA

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado formal de trabalho gaúcho prosseguiu, nos 12 meses encerrados em abril de 2025, a trajetória de expansão do seu estoque de vínculos, com um saldo de 69,5 mil postos adicionais, uma variação de 2,4%. Essa permanece sendo uma das menos expressivas entre as 27 UFs. No período, o percentual de crescimento no RS foi o penúltimo colocado em tal ordenamento. No resultado anualizado imediatamente anterior, havia sido o último, posição que o Rio Grande do Sul mantém, presentemente, quando se considera a evolução em 60 meses.

O setor serviços foi o principal responsável pelo crescimento do emprego formal no estado, com quase 60% dos novos vínculos. A agropecuária sofreu a única retração na desagregação setorial em cinco grandes grupamentos. A indústria prosseguiu a lenta progressão de seus resultados anualizados, os quais, após meses no quadrante negativo, emergiram a zero, em agosto de 2024, e, a pequenos passos, chegaram a 1,7% em abril de 2025. A construção descreveu uma progressiva convergência com os resultados dos demais setores, porém continuava, ao final de abril, com a mais elevada variação relativa do seu contingente formalmente empregado.

Os vieses no acesso ao emprego, segundo atributos dos trabalhadores, também mostraram continuidade com as análises anteriores. A predominância das mulheres nos vínculos adicionais acentuou-se, com a participação feminina atingindo o patamar de 62,8% do saldo do emprego gaúcho nos 12 meses encerrados em abril último. No período, sua presença superou a masculina nos três principais setores empregadores, não apenas em serviços, em que as mulheres já são maioria no total de empregados, mas também no comércio — cujo contingente é mais equilibrado, do ponto de vista de gênero, mas ainda conta com maior número de indivíduos do sexo masculino — e até mesmo na indústria, cuja força de trabalho empregada tem cerca de dois homens para cada mulher.

Já quanto à idade, os indivíduos muito jovens, com menos de 25 anos, mais uma vez, geraram um saldo superior ao saldo total de novos vínculos formais de emprego, o que se explica pelo fato de que a maioria das faixas etárias com idades mais elevadas perderam estoque, considerado o cômputo entre admissões e desligamentos de trabalhadores, entre abril de 2024 e o mesmo mês deste ano. Constatou-se que o maior contingente de menores de idade, quando consideradas as classes da CNAE 2.0, foi absorvido em hipermercados e supermercados, associações para defesa de direitos, bares e restaurantes; para a faixa de 18 a 24 anos, os segmentos preponderantes foram os de atendimento hospitalar, transporte de cargas e comércio de produtos farmacêuticos.

A distribuição e a evolução regional do emprego formal no Rio Grande do Sul evidenciaram um dinamismo positivamente diferenciado de duas Regiões Funcionais: a RF 4 (Litoral Norte) e, sobretudo, a RF 9 (Norte, nucleada

por Passo Fundo e Erechim). No cômputo de 60 meses, elas apresentaram variações muito próximas entre si e bastante superiores à do agregado do estado e, ainda, da terceira colocada. No intervalo de 12 meses (que, neste caso, enfocou março de 2024 ao mesmo mês deste ano), a RF 9 superou largamente a RF 4, a qual, ainda assim, voltou a ocupar a segunda posição. Com 5,4% de crescimento de seu contingente de empregados, a região do Norte do estado mais do que duplicou os (nesse intervalo) 2,6% obtidos pelo RS, enquanto o Litoral registrou 3,0% de expansão. As nove RFs lograram aumento do número de empregos em ambos os intervalos de tempo analisados. Já quando se desagregam as variações regionais por setor, apenas comércio e serviços ostentaram resultados positivos em todas as RFs, no acumulado de 12 meses.

Os salários médios reais de admissão no emprego formal gaúcho mostraram-se estagnados entre abril de 2024 e o mesmo mês deste ano, com variação de 0,1%. No país, esse percentual foi de 0,5%. No plano estadual, apenas a agropecuária, pequena, do ponto de vista do mercado formal de trabalho, registrou uma elevação mais intensa (4,1%), mas o resultado da indústria (0,8%) também foi digno de nota. Juntos, esses grandes grupamentos compensaram, na formação do resultado global do estado, os resultados negativos (entre -0,1% em serviços e -1,1% no comércio) dos outros três setores.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura. Acesso em: 20 mar. 2025.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 1, 2025. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2024. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: maio 2025. Brasília, DF: MTE, 2025. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/novo-caged. Acesso em: 5 jun. 2025.

CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.° trimestre de 2024. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. (Nota Técnica n. 108). Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2024-nt-dee-108.pdf. Acesso em: 3 abr. 2025.

HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** – medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.

IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2025. Acesso em: 16 maio 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil. Acesso em: 16 maio 2025.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html. Acesso em: 01 fev. 2024.

MANGANELLI, A.; BASTOS, R.; DONOSO, V. Emprego e salários: nível de ocupação mostra sinais contraditórios em janeiro de 2025. In: WEISS, M. (Coord.) **Carta de Conjuntura do NAPE**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, v. 32, n. 1, 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2025/05/Carta-Nape_03.2025_ok.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html. Acesso em: 16 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL